

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES



STALINISMO EM QUESTÃO



CADERNOS DE DEBATE - 1

STALINISMO EM QUESTÃO

Título: **Stalinismo em questão** - Cadernos de debate 1

Autor: Francisco Rodrigues Martins

Capa: António Barata

Data da edição: Agosto de 2021

FRANCISCO MARTINS RODRIGUES

STALINISMO EM QUESTÃO?

LISBOA 2021

FMR E O STALINISMO

Quando se esteve envolvido na luta de classes, directa e brutal, sem disfarces, como foi o nosso caso no tempo da Pide, é muito difícil iludirmo-nos com histórias sobre a “importância de cada um viver a sua vida”.

Viver a nossa vida, plenamente, é trabalhar por virar esta organização social, porque é isso que os tempos pedem. Ninguém pode escolher a época da sua vida e a nossa época tem esse problema em aberto, que lhe havemos de fazer? Se lhe virarmos costas, não nos libertamos de nada, estaremos apenas a desperdiçar a nossa vida. É por isso que eu não sinto a militância comunista como um sacrifício: faço aquilo de que realmente gosto e que me faz sentir vivo. Já há gente demais reduzida ao papel de joguetes cegos do capital, não tenho vontade nenhuma de lhe seguir o exemplo.

É claro que os nossos velhos planos de batalha estavam cheios de erros e isso contribuiu para muitas derrotas e para a actual fase de dispersão. Mas não serve de nada cairmos por isso no pessimismo e na amargura, lamentar “os anos perdidos”, como por aí se faz agora.

A revolução é uma longa aprendizagem, não há outra forma de descobrir o caminho.

Francisco Martins Rodrigues

Por que é tão importante desmistificar definitivamente o carácter “socialista” da ex-URSS? Porque sem isso o pensamento comunista não poderá sair do eclipse em que foi mergulhado pela longa agonia desse regime. Se o movimento comunista recebeu dele inspiração e apoio na luta contra o capitalismo, ficou também preso nas contradições sociais, políticas e ideológicas que o enleavam.

Francisco Martins Rodrigues

A questão do stalinismo está intimamente associada à tendência centrada do movimento comunista internacional em meados dos anos 1930, de tal modo que uma não pode ser dissociada da outra. Isso concluiu Francisco Martins Rodrigues ao reavaliar o relatório de Dimitrov e a linha de Staline nos anos 30-50 e ao verificar que aí estavam as fontes donde nasceu o revisionismo.

Naquele tempo e naquele partido, o PC(R), Partido Comunista (Reconstruído), Dimitrov e Staline eram intocáveis. A força desse tabu viria a ser evidenciada no decorrer dos acontecimentos. Comentando a situação criada por causa dessa sua tese que várias vezes expôs à direcção partidária e também, sempre que podia, aos seus camaradas de célula, disse FMR em 1984, acabado de ser expulso dessa organização de que fora fundador e militante destacado: *“Já não nos davam o mínimo espaço para travar uma luta interna, os atropelos ao centralismo democrático por parte do CC eram diários e, em nome do perigo de fraccionismo, impunham-se as proibições mais absurdas à discussão, mesmo só dentro das células.*

FMR explica como foi: *“Uma das coisas que mais contribuiu para a agudização do conflito era um estudo que começara a fazer em 1982 sobre o 7º congresso da IC, reavaliando o relatório de Dimitrov e a linha de Staline nos anos 30-50 como fontes donde nasceu o revisionismo. Consegui acabá-lo, com grande dificuldade, e ainda o entreguei ao CC, para ver se é capaz de o criticar com o mínimo de seriedade. É absurdo tentar congelar a crítica marxista-leninista em nome dos “princípios”, como vem fazendo o CC. Está a conduzir o PC(R) a um definhamento desastroso, no que têm graves responsabilidades, na minha opinião, o PTA e o PC do Brasil.*

“Foi posta à votação num encontro nacional de células de empresa a minha expulsão do partido, como cabecilha duma ‘fracção’. A direcção disse aí que não tinha provas de que eu fizesse contactos para fora da minha célula mas estava ‘convicta’ de que eles existiam. Tanto bastou para votarem uma recomendação para que eu fosse expulso. De modo que resolvi adiantar-me e entreguei a minha carta de demissão. Juntamente, entreguei o estudo que tenho andado a fazer sobre o 7º congresso da IC, Dimitrov, Staline, o maoísmo, etc. Deixo-lhes a batata quente nas mãos, a ver se eles se atrevem a vir à polémica. É isto a única coisa que interessa no meio desta trapalhada vergonhosa. O documento teve que ser acabado à pressa e tem muitas insuficiências mas estou convencido de que abre uma perspectiva crítica nova, de esquerda, sobre o período dos anos 30-50 como dominado por uma linha centrista, que foi o embrião do revisionismo do 20º congresso do PCUS. Poderia eventualmente, depois de melhorado, ser publicável.

De maneira geral posso-te dizer que à medida que vou deitando fora as roupagens stalinistas tradicionais vou descobrindo que havia muitos argumentos justos no que diziam os ‘anarco-comunistas’, embora a sua posição final fosse sempre de cair para o lado da social-democracia. Refiro-me ao poder dos soviets, relação entre partido e classe, etc.

SURGE A OCPO
(ORGANIZAÇÃO COMUNISTA POLÍTICA OPERÁRIA)

No dia 6 de Novembro de 1984, já expulsos ou demissionários do partido cerca de 80 militantes, realizou-se uma reunião da recém formada organização OCPO para debater os temas do futuro livro. FMR relata: *“Compareceram 40 pessoas (alguns amigos convidados, operários) e proporcionou-se uma discussão interessante, principalmente em torno da questão Staline, que é talvez a mais ambígua do que escrevi.”* Francisco tinha então clara noção, e disse-o repetidas vezes, que a ‘questão Staline’ não estava ainda devidamente analisada, requeria mais aprofundamentos para ser argumentada em definitivo.

Em Janeiro de 1985, passados menos de dois meses da expulsão, Francisco escrevia sobre “a tradição stalinista de partido”, comentando: *“Foi essa que conhecemos no passado, apoiámo-la como uma alternativa positiva aos partidos revisionistas, mas hoje, com maior distanciamento, acho que era preciso ter dado o salto que não se deu para o partido inspirado no leninismo. É que, de facto, o partido bolchevique que sob a direcção de Lenine lutou pela revolução tinha métodos muito diferentes dos que depois adoptou com Staline, embora nos fizessem crer o contrário. Compreende-se porquê: exercendo o poder em nome de uma ditadura do proletariado que de facto não existia na Rússia (nem podia ainda existir), o partido foi deformado, tornou-se muito diferente do que era nos seus tempos revolucionários, estagnou sob o monolitismo e a ‘caça às bruxas’. É a repetição desse estilo que eu procuro evitar, porque um partido desses será absolutamente incapaz de conduzir uma luta revolucionária coerente.”*

Em finais de 1988, quatro anos depois, Francisco Martins Rodrigues esforçava-se ainda por prosseguir a crítica pela esquerda ao stalinismo, “sem concessões à posição habitual de social-democratas, trotsystas, etc.”, e sem saber se o conseguiria, como confessava os camaradas mais próximos.

“Estou a trabalhar num artigo sobre os processos de Moscovo e as repressões de Staline. Calculam como são grandes as minhas dores de cabeça”, escreve numa carta a camaradas vivendo no estrangeiro, que seguiam de longe a situação, sempre postos por ele ao corrente da sua evolução.

Em confidência, num momento íntimo partilhado comigo, confessou: *“Aquela fé total que nós tínhamos pela figura de Staline continua a desmontar-se sem remédio. Sinto que um edifício se está a desmoronar à minha volta, tijolo a tijolo, e que cai em ruínas. Por cima dos escombros, é preciso reconstruir tudo de novo.”*

Nos finais de Novembro desse ano de 1988, o artigo sobre Staline caiu retumbante sobre uma audiência alargada de simpatizantes e amigos que conhecia o seu passado stalinista e, sem saber dos meandros internos, se surpreendia com tão drástica mudança de posição. A propósito desse artigo, um jornalista amigo entrevistou-o na sua qualidade de director da revista *Política Operária* e figura de proa de uma tendência que se opunha à corrente tradicional dos chamados “marxistas-leninistas” seguidores da linha chinesa-albanesa. O artigo “Ainda Não Estou Bem Desestalinizado” repetia uma frase que FMR pronunciou para expressar a sua dificuldade em prosseguir a crítica a Staline sem cair nos desvarios reaccionários dos inimigos do ideal socialista.

Francisco explica ao jornalista que em 1956, aquando do 20º Congresso da URSS, já se lhe colocara a questão de como avaliar Staline. Só em 1984 aparecera a público a criticar o período stalinista porque *“o facto de um regime matar milhares de pessoas não chega. As democráticas França e Inglaterra, nos anos 30, também mataram milhares de indianos e de egípcios e ninguém fala nisso. A mim, para criticar Staline foi-me preciso perceber que o poder operário na URSS já no tempo dele estava furado, não havia poder revolucionário nenhum. Só quando percebi isso me demarquei. Ainda não estou bem desestalinizado, porque reabilitar as democracias burguesas à pala de criticar Staline não me serve.*

“Crítico o facto de Staline ter pretendido manter na URSS um compromisso entre os interesses da classe operária e da pequena burguesia, através de um poder burocrático e ditatorial. Isto não significa nenhuma adesão às baboseiras que o pretendem equiparar a Hitler e a URSS dos anos 30 à Alemanha nazi.

“Quanto à repressão sobre os camponeses e os processos de Moscovo, geralmente, essas críticas esquecem que a URSS foi obrigada — com todos os custos que isso implicou — a defender-se dos ataques do nazismo e da política das democracias ocidentais, que favoreciam aquele ataque. Os julgamentos de Moscovo parecem-me ter sido uma reacção histórica, de pânico, de um poder afinal frágil que ‘descobria’ espões em toda a parte, devido a essa pressão de uma ameaça militar.

“Em conclusão, Staline foi um revolucionário até que o esgotamento da revolução proletária na URSS, ainda nos anos 1920, o levou a bloquear o desenvolvimento da luta de classes, através de um poder pretensamente socialista.”

POLÉMICAS SOBRE STALINE

FMR esteve presente, como assistente, num debate a 5 de Março de 1988, na Biblioteca-Museu República e Resistência, dedicado ao célebre relatório de Kruchov no 20º congresso do PCUS, em Fevereiro de 1956. Sobre as sucessivas intervenções da mesa, comentará: *“A recapitulação obsessiva dos crimes e abusos de poder de Staline desviou o debate das duas questões que contudo seriam mais produtivas: a natureza do regime social que tornou possível e necessário o odioso fenómeno do stalinismo; e saber porquê a “correção” encetada no 20º congresso descambou na social-democratização do movimento comunista e no desmantelamento final da URSS, abrindo as portas à actual explosão de barbárie imperialista. Esta é porém uma reflexão de que se mostram incapazes não só os actuais, dispersos ou agrupados na Renovação Comunista. Sob o choque das “revelações” do 20º Congresso, tanto os militantes do PCP, como os seus dissidentes presentes no debate parecem ter perdido o pouco discernimento marxista que ainda tinham e passaram a exhibir a sua adesão fervorosa aos valores da democracia (sem sinal de classe). Um tirou como lição das tragédias passadas a necessidade de a “nova esquerda” ir para o governo e aí “transformar as relações de produção”. Outro fez votos pela vitória do Partido Democrata nas eleições a decorrer nos Estados Unidos e apelou a “mais e melhor democracia”. Carlos Brito distinguiu-se por uma apaixonada e lamentável defesa do farsante Kruchov, a quem pouco faltou para conferir uma medalha de mártir incompreendido da democracia.*

“Como é fácil de calcular, as intervenções da assistência foram em geral divagantes e carregadas de perplexidade. Salvou-se o brio de Carmelinda Pereira ao estigmatizar a colaboração de classes dos actuais campeões do anti-stalinismo, em nome de um absurdo projecto de “humanização” do capitalismo.

No princípio de 1993, Francisco Martins Rodrigues continuava sem desfalecimento a tentar escrever sobre os primeiros anos da URSS, a passagem do poder de Lenine para Staline, etc., porque esta questão *“ainda é um buraco na nossa explicação para a perda da revolução”*, dizia ele numa carta a um camarada. *“Continuamos leninistas a cem por cento mas já não acreditamos que se possa dizer que a URSS ia bem até cair nas mãos de Staline. Estava tudo perdido, ainda em vida de Lenine, mas a culpa também não pode ser atribuída a ele.”*

E prosseguia, reflectindo sobre o seu passado maoísta: *“O mal de partida (em que tenho a minha pesada parte de responsabilidade) foi pensar-se que a crítica à degeneração evidente da URSS devia traduzir-se pelo apoio incondicional ao período anterior (Staline) e aos que mantinham*

essa bandeira: a China, primeiro, a Albânia, depois. Ora, isso continha um compromisso no qual se deixou ir por água abaixo a capacidade de crítica marxista radical com que tínhamos partido e nos fomos cegando aos poucos, até que a corrente ML se desagregou no meio duma confusão tremenda, que não teria sido inevitável, mesmo que houvesse um recuo temporário.”

Em 2005, comentando o livro “O século soviético” de Moshe Lewin, antigo oficial do Exército Vermelho, e mais tarde professor no Ocidente, com vasta obra publicada sobre a matéria, FMR pergunta: “*Que tipo de regime é edificado na URSS sob Staline? Desde logo, segundo Lewin, não faz qualquer sentido falar de “poder soviético”, visto que os soviéticos, subordinados aos departamentos governamentais, se ocupavam apenas de questões administrativas menores; ‘pouco mais eram do que uma ficção, conservada apenas para evocar o que restava da legitimidade do período revolucionário’. Regime de partido único, então? Também não, observa Lewin, porque, sob Staline, o partido deixa de ser um corpo onde se debatem opções políticas e se elegem dirigentes, para se transformar numa gigantesca máquina administrativa, cujos assuntos internos são rigorosamente controlados pela cúpula. As instituições centrais do Estado são fragmentadas. Resta apenas o círculo dos próximos do ditador, o qual distribui e redistribui os lugares, como num jogo de cartas.*

“A grandeza das tarefas que defrontam a URSS incute em Staline a certeza de que tudo depende da firmeza do seu comando, à cabeça de um aparelho que tem que se superar continuamente e que não pode falhar. Não se podem admitir derrotas, não se pode duvidar da justiça das ordens recebidas. ‘Para nós, as dificuldades objectivas não existem’. De cada vez que algo corre mal, a ordem imediata é para ‘identificar e punir severamente os culpados’. Esta lógica virá a desembocar no Terror de 1937-38, pesadelo que muitos na corrente marxista ainda hoje não conseguem encarar, num errado reflexo defensivo perante as campanhas condenatórias da burguesia.

“Ao chegar a meados dos anos 30, para fazer funcionar uma infra-estrutura industrial e agrícola sem precedentes, o aparelho burocrático estatal viu-se obrigado a ganhar uma nova eficácia. ‘O sistema político que precipitara a grande convulsão é por sua vez transformado por ela’. Como o aparelho burocrático tende espontaneamente a expandir-se e gera sem cessar abusos, corrupção, falhas, ‘trata-se o mal’ pelas ‘limpezas’ periódicas. Mas as prisões e execuções geram instabilidade, ineficiência, caos e criam condições para mais corrupção, que por sua vez requer novas medidas punitivas...

“Concebida por Staline desde 1933, mas adiada devido às condições desfavoráveis da ‘abertura’ de 1933-35 (período decisivo para entender o que virá a seguir, mas que Lewin aborda de forma muito breve e insatisfatória),

a 'grande depuração' é posta em marcha em 1937. Um decreto da polícia secreta, aprovado pelo Politburo a 31 de Julho desse ano, fixa os números-base a ser atingidos pela repressão, como se se tratasse de um plano de produção: 75.000 'agentes Trotsystas-bukarinistas' a executar, 225.000 a enviar para campos de concentração. Na prática, informa Lewin, estas 'quotas' foram multiplicadas várias vezes pelas organizações regionais e locais do partido. A análise posterior dos arquivos policiais revelou que nesses dois anos foram detidas 1,5 milhões de pessoas, das quais cerca de 700.000 foram executadas. O número de vítimas averiguadas é de tal ordem, observa o autor, que "não faz sentido inflacionar, manipular ou falsificar". Muitas das condenações nem sequer iam a tribunal e eram proferidas pelos órgãos da polícia, a quem fora dada carta-branca. À sua parte, Staline e Molotov assinaram pessoalmente 400 listas de nomes de pessoas a executar, num total de 44.000 nomes. Para obter "confissões" recorreu-se sistematicamente à tortura (telegrama de Staline aprovando o uso de 'métodos físicos').

"Perante a catástrofe causada nos sectores estratégicos da economia e nos comandos militares pelo nível demencial da repressão, uma 'campanha de rectificação' liberta em 1939 centenas de milhares de prisioneiros. E como o poder central não pode ser posto em causa, o chefe da polícia, Léjov, é executado como 'agente contra-revolucionário' e uns 25.000 agentes são condenados a prisão ou executados.

"Outro aspecto essencial à compreensão do regime stalinista é o império industrial criado pelo NKVD. Desde começos dos anos 30, o poder apercebera-se da vantagem de empregar a mão-de-obra gratuita dos prisioneiros nas grandes obras e entregara à polícia secreta a administração do Gulag (Direcção Geral dos Campos), o qual contava em 1935 com perto de um milhão de presos. No início de 1940, e apesar das libertações do ano anterior, o seu número subira a perto de dois milhões, dos quais 420.000 eram políticos. À data da morte de Staline, tinha 3 milhões – é então libertado um milhão de presos (e chega a vez de Kruchtchev mandar executar como 'espião' o novo responsável da repressão, Béria, para ilibar o resto da direcção) e o departamento é extinto. Segundo estimativas que o autor considera credíveis, durante os 20 anos de existência do Gulag, entre 1934 e 1953, terão morrido nos campos, de doenças e privações, 1,6 milhões de detidos, meio milhão dos quais políticos. A partir daí, a população prisional e as condenações por 'crimes contra-revolucionários' decrescem substancialmente.

"Vincando que o fenómeno do 'stalinismo' só pode ser explicado pelas características da sociedade soviética da época, Lewin mostra contudo muito pouco interesse pelo contexto da luta de classes interna e das ameaças externas que cercam a URSS; acaba assim por exagerar, como muitos outros autores, o papel da 'personalidade patológica' de Staline na adopção do Terror, o que

em nada favorece a compreensão da sociedade russa dos anos 30. Malograda a revolução dos soviets e o posterior compromisso da NEP, chegado a uma situação em que nem a burguesia nem o proletariado estão em condições de exercer o poder, o regime não tem outra alternativa senão lançar-se na estatização total, a qual exige um aparelho burocrático altamente centralizado, com todas as taras inerentes – será o chamado ‘socialismo’. Staline e os seus próximos impõem-se na cúpula do poder porque entendem as exigências do tempo e actuam em conformidade. Os seus procedimentos implacáveis e tortuosos são os que convêm à tarefa.”

Francisco Martins comentou também a obra de João Bernardo “Labirintos do fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta”, Ed. Afrontamento, Porto, 2003, na revista *Política Operária* nº 93, de Jan-Fev 2004, afirmando:

“Mais frágil ainda me parece a teoria sobre um ‘novo modo de produção’ que teria irmanado a Alemanha nazi e a URSS de Staline. Fazendo referência a teóricos que teriam ‘detectado no fascismo e no stalinismo uma base comum ao nível das classes sociais’, Bernardo admite que em ambos os regimes a organização centralizada do capitalismo teria dado lugar ao poder de uma classe de burocratas, gestores e tecnocratas, originando muitos paralelos entre ambos, nomeadamente o tenebroso fenómeno do escravismo dos campos de trabalho. ‘Terá o escravismo de Estado soviético constituído com o escravismo de Estado nazi um novo modo de produção assente num novo sistema de exploração?’, pergunta João Bernardo, para responder: ‘A questão permanece inteiramente por resolver’.

“Não me parece. É precisamente a diferença das bases sociais dos dois regimes que lhes retira quaisquer laços de parentesco. O regime stalinista, erguido sobre o derrube revolucionário da burguesia num país atrasado, criou um gigantesco aparelho de controlo burocrático da propriedade estatizada, dado que não existiam na Rússia as condições mínimas para a socialização, para a ditadura do proletariado; ao passo que, na Alemanha, a burocracia e as empresas nacionalizadas serviam os interesses dos grandes trusts privados. Enquanto a classe dos ‘gestores’ soviéticos servia um processo de acumulação capitalista totalmente estatizada num país atrasado, os gestores do nazismo serviam um dos mais poderosos blocos capitalistas mundiais. Daí ainda outra diferença: o capitalismo nazi tinha uma dinâmica expansionista e guerreira (obter na partilha imperialista o lugar a que se considerava com direito e que lhe fora negado por Versalhes), enquanto o capitalismo estatal stalinista tinha uma dinâmica externa defensiva, visando consolidar um regime ameaçado por todas as potências. Por último, o sistema de trabalho escravo nazi nasceu como ‘solução’ para ‘limpar’ o terreno que deveria caber aos coloni-

zadores 'arianos' na sua marcha para Leste (daí a sua natureza essencial de extermínio), enquanto os campos de concentração stalinistas surgiram da necessidade de o capitalismo estatal esmagar a resistência da pequena propriedade privada, assegurar a obediência da população e garantir uma férrea unificação do comando, vital para a sobrevivência do regime. Os traços de semelhança entre ambos (a supressão das liberdades, os campos de trabalho...) não os tornam um 'novo modo de produção'; pela mesma altura, as 'democracias liberais' (Estados Unidos, Inglaterra, França...) aplicavam essas mesmas medidas, não no interior, mas no exterior, aos povos colonizados. O que só comprova que o modo de produção capitalista, em todas as suas variantes, é antagónico com a liberdade..."

Prosseguindo na sua atitude de polemizar com os que se ocuparam nos seus escritos a analisar o período stalinista, FMR dissecou os comentários de J. Arch Getty na sua obra "Origins of the Great Purges. The Soviet Communist Party Reconsidered, 1933-1938", Cambridge University Press, Cambridge, 1985:

"Atendo-se aos documentos e rejeitando a prática muito difundida dos testemunhos em segunda e terceira mão, quando não de boatos e histórias inverificáveis, o autor tenta desvendar a vida interna do partido soviético no período que conduziu à onda de julgamentos e execuções sumárias de 1936-39. A sua conclusão é que carece de base a versão corrente de que o terror seria o culminar de um plano maquiavélico traçado por Staline para liquidar os velhos bolcheviques e pôr termo à revolução, usando como pretexto a morte de Kirov (ela mesma atribuída a Staline).

"O fenómeno, pretende, é muito mais complexo. Nem as depurações dos anos anteriores se integram num crescendo de terror concebido para conduzir à paranóia de 1936-39, visto que as verificações periódicas de membros eram prática corrente no partido; nem Staline, apesar do seu poderio, podia furtar-se ao jogo de tendências contraditórias no Bureau Político. Staline, recorda o autor, mudava frequentemente de posição e apoiava-se ora numa ora noutra corrente: partidário da via gradual até 1928, campeão da liquidação dos kulaks e da campanha contra o bukarinismo em 29, de novo cauteloso contra os 'excessos' em 30, passou a apoiante dos radicais durante o 1º plano quinquenal, para novamente apoiar o campo dos moderados no segundo plano, etc.

"Para Getty, a origem da crise está na própria estrutura do poder: para vencer resistências, governar um país tão vasto e realizar a modernização económica, o partido tinha que elevar cada secretário local ao estatuto de um autocrata. Mas com isto bloqueava a cadeia de comando, já que os primeiros secretários se tornavam frequentemente um obstáculo às decisões

do CC. O quadro do regime stalinista é assim muito mais o de uma ditadura primitiva e ineficiente, própria de um país camponês iletrado, com comunicações deficientes, do que a máquina monolítica baseada na disciplina férrea e na fichagem totalitária dos militantes de que fala a propaganda ocidental.

“O exame das depurações de 1933-35 na região de Smolensk é uma das partes mais conseguidas do estudo de Getty, devido à rica documentação em que se apoia – os arquivos da organização regional do partido soviético apreendidos pelos nazis e que no fim da guerra vieram a cair nas mãos dos norte-americanos. Mostra-nos o partido bolchevique, o único órgão de governo efectivo numa sociedade em convulsão, a debater-se numa situação caótica devido ao enorme afluxo de novos militantes durante os anos febris e violentos da colectivização agrária, da industrialização e da ‘revolução cultural’ que os acompanhou. As depurações visam fazer frente à proliferação de roubos, corrupção, abusos de autoridade, carreirismo; tornara-se corrente a infiltração de criminosos no partido, estranhas cumplicidades permitiam que kulaks chefiassem herdades colectivas e havia quem se dedicasse à falsificação dos cartões de membro do partido, pelos privilégios a que davam acesso (na época um membro do partido não podia ser preso pela polícia civil). Na região ocidental, o primeiro secretário Rumiantsev (um velho bolchevique) e os seus subordinados actuavam como verdadeiros caciques (um deles atirava moedas aos camponeses quando passava de carro pelas aldeias!).

“É a esta situação anormal que as verificações de membros visam pôr termo. Mas os seus primeiros efeitos são contrários: muitos dos burocratas regionais, a fim de manterem a salvo as suas cliques e combinações, desviam a depuração para cima de membros de base, expulsos arbitrariamente (o que em muitos casos significava a perda do emprego e da habitação!). Isto leva a direcção central do partido, a partir de 1936, a apelar à crítica da base e às eleições de dirigentes locais, para colocar os escalões intermédios entre dois fogos.

“Entretanto, o conflito organizativo entrelaça-se de forma explosiva com o conflito político. Quando se iniciava a liberalização do regime, na sequência do 17º congresso do partido – reintegração dos oposicionistas, libertação de metade dos detidos em campos de trabalho, abolição do direito de a polícia política ditar penas de morte, abolição do racionamento, exploração privada de parcelas e gado nas herdades colectivas, abertura na literatura e nas artes, nova Constituição, ‘a mais democrática do mundo’, o assassinato de Kirov, a descoberta de uma rede de contactos organizada a partir do exterior por Trotsky e uma série de atentados e sabotagens, juntos com o expansionismo declarado do regime nazi, provocam uma dramática inversão na linha política.

“Em 1936 a ‘linha dura’ na direcção do Partido (acelerar a industrialização e a preparação militar, eliminar as resistências, liquidar os opo-

sitores) leva a melhor sobre os que, como Jdanov, viam na “liberalização” o melhor meio de apaziguar as tensões internas e ganhar credibilidade junto das democracias ocidentais para uma frente internacional antifascista. Staline, que até aí mantivera o equilíbrio entre as duas tendências, chama o radical N. Jejov à chefia da polícia secreta, dá-lhe plenos poderes e reabre o processo do assassinato de Kirov para destruir os oposicionistas, acusados numa carta secreta como traidores e assassinos. A depuração no partido intensifica-se, redobram os apelos à base para que ataque o burocratismo, o favoritismo e o nepotismo, a imprensa publica cartas denunciando abusos. Em Maio de 1937 mais de metade dos comités dirigentes de 54.000 organizações de base do partido já tinham sido demitidos.

“Até aqui a violência ainda se mantinha circunscrita. Mas, com a prisão, em meados de 1937, dos principais generais do Exército Vermelho, sob a acusação de espionagem, traição e conspiração para derrubar o governo (caso cujos contornos permanecem misteriosos) desencadeia-se a lejoostchina, a onda de terror em grande escala conduzida pela polícia secreta, na busca frenética para descobrir inimigos ocultos, sobretudo em lugares de responsabilidade. Entre avisos na imprensa para ‘não cair em excessos’, as prisões e execuções sucedem-se em ritmo alucinante e a ‘caça aos espiões’ torna-se incontrolável, já que o pânico leva muitos militantes a fazer denúncias gratuitas para desviar suspeitas de si próprios. Só em fins de 1938 Jejov é demitido e a vida do partido retoma alguma normalidade. Continua a ignorar-se até hoje o número de pessoas inocentes executadas ou mortas na deportação.

“Comentário de Getty: ‘Stalin, como Mao Zedong trinta anos mais tarde, descobriria que era mais fácil iniciar campanhas do que controlá-las’. E a sua conclusão geral: ‘A lejoostchina não foi o resultado de uma burocracia petrificada que esmaga as divergências e aniquila os velhos revolucionários. Na realidade, deve ter sido justamente o contrário. Os factos permitem interpretá-la como uma reacção radical e mesmo histérica contra a burocracia. Os funcionários entrincheirados nos seus postos foram destruídos por um ataque vindo de cima e de baixo, numa onda caótica de voluntarismo e de puritanismo revolucionário’.

“Valioso pela informação recolhida, que permite acompanhar a génese e explosão do terror na URSS como parte da vida do partido bolchevique, o trabalho do Prof. Getty sofre contudo da ausência de uma reflexão mais global sobre a sociedade soviética dos anos 30. É sobretudo inaceitável a ideia de que o terror tenha sido fruto de uma onda de puritanismo revolucionário antiburocrático, unindo a cúpula e a base, quando o seu verdadeiro motor foi a polícia secreta. Getty julga ver sinais de um genuíno movimento revolucionário naquilo que era apenas uma prática já então corrente na cúpula

do partido e do Estado soviético: os apelos à 'iniciativa e crítica da base', a fim de utilizar esta como massa de manobra controlada para levar a cabo determinadas campanhas políticas. Movimentos de massas realmente revolucionários, imprevisíveis e criadores, como foi o da revolução de Outubro, eram já então proibidos na sociedade soviética.

“Ao debruçar-se quase exclusivamente sobre os processos internos de depuração do partido, Getty parece recolher uma ideia exagerada da ineficiência e fraqueza do aparelho de poder. E talvez por isso, o livro também não dá o devido peso ao crescendo dos conflitos ocultos na direcção do partido (de que os votos contra Staline no 17º Congresso são um sinal iniludível). O poder concentrado no Bureau Político pela própria estrutura ultracentralizada do regime era tal que cada opção política envolvia conflitos extremos; numa época de guerra iminente, não é de estranhar que esses conflitos se tornassem mortais. Por último, para corrigir a tradicional versão romanesca trotsysta sobre um Staline maquiavélico, rancoroso e contra-revolucionário apostado em eliminar os ‘velhos bolcheviques’, Getty dá-nos a imagem de um Staline hesitante e apagado, cujo poder de decisão estaria quase ao mesmo nível do dos outros dirigentes, o que é insustentável. Com tudo isto, trata-se sem dúvida de um trabalho imprescindível para o conhecimento da URSS dos anos trinta.”

Sobre a obra do historiador soviético Roy Medvedev “Os últimos anos de Bukharin” (Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980) FMR também tem opinião própria. Diz ele:

“Para o chamado ‘espírito democrático’ reinante, a história do Grande Terror na URSS de Staline é assunto esgotado. A razão democrático-burguesa, segura dos seus valores e da sua virtude, não vê nada de especial a inquirir nesse fenómeno: totalitarismo produz terror, seja ele de direita ou de esquerda, Staline é o avesso de Hitler, ponto final.

“O pensamento comunista, porém, não pode deixar-se aprisionar nestes estereótipos. Tem que procurar entender a natureza de classe específica do terror stalinista, para chegar à sua lógica interna. Em vez de se entregar a maldições anti-stalinistas, jurando que não sabia, como agora fazem os que precisam de ganhar o perdão dos seus pecados passados, tem de pôr a nu as relações de classe que produziram o fenómeno stalinista e que tornaram o apoio dos trabalhadores e progressistas à URSS não só admissível como necessário num determinado período histórico. É uma tarefa que diz respeito aos comunistas, e só a eles; devemos prosseguir-la com tenacidade, sem nos deixarmos intimidar pela punição que o pensamento oficial reserva aos que insistem em caminhar com o passo trocado, calúnias, silenciamento, marginalização.

“Para limpar a memória de Bukharine das acusações infamantes com que foi insultado pelo poder stalinista, Roy Medvedev evoca no livro os últimos dez anos da vida desse dirigente bolchevique; mostra a integridade do seu carácter, a dedicação ao regime que o leva a sujeitar-se ao lento processo de execução moral que acaba na execução pura e simples, quando poderia ter fugido para o Ocidente (esteve em França, em missão oficial, não muito antes de ser acusado).

“

não teria efectivamente conspirado contra o poder stalinista. E não precisamos de o ver como um ingénuo filósofo fora da política – coisa que ele nunca foi – para condenarmos a maquinação do processo em que foi envolvido. Precisamente, o ponto mais enigmático do processo, a confissão final de Bukharine, só adquire sentido se o virmos como uma confissão real: sim, diz Bukharine, falei contra Staline com A, B e C, mas não conspirarei para matar ninguém. Nessas conspirações, Bukharine procurava uma alternativa para o governo ditatorial de Staline, por ver, como tantos outros, que ele conduzia à liquidação de todos os restos da democracia soviética dos anos 20. Mas na URSS de 1937, na histeria de uma ‘revolução’ sobre-humana cercada do exterior e do interior, de um poder frágil, à beira da guerra mundial, toda a dissidência continha em potência as raízes dum crime.

“Por outro lado, o livro tem já duas décadas e ressentido disso. Ao escrevê-lo, Medvedev estava ainda sob o efeito do choque ‘reabilitador’ causado pelas revelações de Kruchov no 20º Congresso: se as acusações de ‘espião’ e ‘cúmplice do nazismo’ contra Bukharine foram forjadas pelo tribunal às ordens de Staline a fim de desacreditar as suas ideias políticas, não seria isto a prova de que era ele que tinha razão e que a política por ele defendida era a mais adequada para a URSS dos anos 30? Dificilmente se pode hoje acompanhar este raciocínio, que assenta no pressuposto – irrealista, sabemos-lo agora – de que houvesse um caminho para o socialismo na URSS. Não havia, e por isso mesmo as propostas antagónicas de Staline, Trotsky, Bukharine se combatiam com tanta ferocidade, por isso eram todas elas unilaterais e desembocariam em qualquer caso no desastre.

“A luta política de final dos anos 20 que põe termo à NEP e dá início à ‘segunda revolução’, à ‘passagem vitoriosa ao socialismo’, é disso o melhor exemplo. Tinha razão Bukharine quando observava (aliás, inspirando-se em Lenine) que era loucura querer avançar para o socialismo fazendo a guerra aos camponeses, a 80 por cento da população do país, e que nessa aventura se perderia a democracia soviética. Mas também tinha razão Staline – e é o que Medvedev não entende – quando respondia que, a não esmagar o capitalismo camponês, a não dar um salto para a industrialização e a colectivização agrária, o regime soviético se afundaria a curto trecho na restauração burguesa

ou esmagado pelas potências imperialistas. A acusação de ‘desviacionismo de direita’ lançada contra Bukharine a partir de 1930 não foi pois uma invenção malévola de Staline, fruto do seu ‘espírito tortuoso’ – mas a conclusão que se impunha aos que queriam romper para diante com o regime, pela via que fosse possível. Nem foi por hipocrisia que Bukharine reconheceu no 17º Congresso que o seu grupo ‘acabara por se transformar inevitavelmente no pólo de atracção de todas as forças que lutavam contra a ofensiva socialista, em primeiro lugar sectores de kulaks e os seus ideólogos entre os intelectuais’.

“Reabilitar a visão ‘humanista moderada’ de Bukharine, como Medvedev faz até certo ponto neste trabalho, é um empreendimento que só pode interessar à social-democracia; do mesmo modo seria insensato tentar demonstrar a ‘justeza’ da linha de Staline, quando se conhecem todas as consequências que acarretou. A única coisa que podemos dizer, hoje, é que as alternativas apresentadas por um e pelo outro reflectiam o impasse histórico com que chocara a revolução russa. Nenhuma das políticas em confronto podia impedir a marcha do capitalismo no país. Todos tinham razão contra todos, o que quer dizer que ninguém tinha razão. Só que a via defendida pelo moderado Bukharine teria acarretado custos humanos provavelmente superiores aos provocados pela via stalinista, com todos os horrores que esta significou. E isto não quer admitir o pensamento democrático burguês.

“De qualquer modo – perguntam-nos – como puderam comunistas degenerar ao ponto de se lançar no carrossel infernal das acusações caluniosas, dos processos forjados, das torturas, dos julgamentos montados, das deportações em massa, dos fuzilamentos de inocentes? Se a ideologia comunista pode produzir tais monstruosidades, não devemos opor-nos a ela, do mesmo modo que nos opomos à ideologia fascista? A pergunta, contudo, está mal colocada. O que devemos perguntar é: que tipo de conflito social fez evoluir o corpo dirigente da URSS da sua anterior postura comunista e revolucionária para o entrincheiramento implacável no poder? Chegada a sociedade russa no fim dos anos 20 ao dilema inapelável – avançar para o capitalismo pela via estatal ou pela via privada –, os comunistas deixaram de ser comunistas. Transformado em autocrata, Staline eliminou o seu antigo camarada, transformado em democrata burguês.

(Recolha de Ana Barradas)

IDEALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO RUSSA TRAVA O AVANÇO DO COMUNISMO

No seu artigo (*PO* 76 e 78), Manuel Raposo procura demonstrar que a Revolução Russa poderia ter chegado ao socialismo e marcou com fortes traços de socialismo a URSS enquanto esta existiu. Mesmo que a alguns leitores pareça excessiva a insistência com que o tema tem sido abordado na revista, tentarei assinalar brevemente os principais pontos em que divirjo de MR. Não sem manifestar, desde logo, a minha surpresa por um membro do colectivo redactorial só tão tarde entrar num debate que tem acompanhado a revista desde o início.

CABE AO PROLETARIADO FAZER A REVOLUÇÃO BURGUESA?

No seu artigo, MR atribui-me, logo de entrada, a afirmação de que a revolução de Outubro não teria sido proletária. Nunca escrevi tal barbaridade; classifico-a como uma “gigantesca revolução operário-camponesa”, a “manifestação mais avançada da luta social” que instituiu a “República do Trabalho”, etc. Mas a revolução foi *burguesa* pelo conteúdo económico das transformações que introduziu – nomeadamente a distribuição da terra aos camponeses.

Acha MR que “*uma revolução burguesa feita pelo proletariado é um contra-senso – não há classes a fazerem revoluções de outras classes*”. Mas entra em contradição consigo próprio ao escrever, logo adiante, que “*o proletariado teve de fazer a revolução burguesa, por esse ser um ponto de passagem obrigatório para o socialismo*”.

É isto que é correcto e, caso tenha dúvidas sobre o assunto, convido-o a reflectir sobre uma opinião de Lenine em 1915: “*O conteúdo social da próxima revolução na Rússia só pode ser a ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato*”. “*O proletariado da Rússia tem como dever levar a cabo a revolução democrático-burguesa na Rússia, a fim de detonar a revolução socialista na Europa*” (Lenine, *Oeuvres*, tomo 21, pp. 417-418. Moscovo, 1973).

Aliás, já desde 1905, nas *Duas tácticas*, Lenine desenvolvera exaustivamente o papel dirigente do proletariado na revolução bur-

guesa, de modo a conduzi-la do modo mais favorável para a sua luta ulterior pelo socialismo. Este é um dos aspectos centrais que diferenciam o leninismo do menchevismo e do trotskismo.

Porém, alegou-se durante muitos anos, e MR retoma esse argumento superficial, *“em 1917 houve duas revoluções: a de Fevereiro, burguesa, e a de Outubro, proletária”*. Logo, subentende-se, em Outubro já estaria ultrapassada a etapa burguesa da revolução, podia-se avançar para o socialismo.

Ora, só por grande milagre teria tido lugar, no intervalo de oito meses, a revolução burguesa na Rússia. Foi justamente o facto de Fevereiro apenas ter instaurado a liberdade política e de os partidos burgueses terem demonstrado a sua incapacidade para abordarem as tarefas económico-sociais da revolução (a distribuição da terra e, como primeira condição para tal, a saída da guerra) que catapultou em poucos meses os bolcheviques à posição de partido maioritário nos soviets e lhes permitiu chefiar, à cabeça dos operários e camponeses, a revolução de Outubro – que foi de facto o completamento do que ficara em suspenso desde Fevereiro, por muito que isto pareça a MR uma desclassificação da revolução.

Vem depois a questão camponesa. Como não há-de MR subestimar o carácter burguês da revolução russa se pensa que *“a massa do campesinato, apesar de esmagadora, era, do ponto de vista dos antagonismos de classe, secundária”, “não podia ter nenhum papel preponderante na revolução”*?

Uma classe que representava 90 por cento da população e 90 por cento da riqueza produzida na sociedade russa tinha forçosamente que desempenhar um papel central na revolução. Claro, pela sua dispersão e atraso, o campesinato não ocupava (nunca ocupa) a ribalta da política mas a sua luta pela terra foi central na marcha da revolução. A aliança dos bolcheviques com o partido socialista-revolucionário, representante dos camponeses, foi decisiva para a vitória de Outubro; só o apoio camponês permitiu ao governo soviético a vitória na guerra civil; inversamente, o descontentamento dos camponeses com o poder revolucionário por este não lhes dar a liberdade de comércio ditou a crise de 1921, a adopção da NEP e, posteriormente, a crise de 1929.

MR parece não se dar conta de que o apagamento do papel do campesinato na revolução russa foi uma criação da escola stalinista, a qual precisava de fazer acreditar teoricamente a tese da *“Grande Revolução Socialista de Outubro”*.

Naturalmente, *“a meta do proletariado só podia ser o socialismo”*, como escreve MR. O proletariado lança-se na revolução com o objec-

tivo de se emancipar da lei do capital; mas o carácter da revolução é outra coisa, que não depende da sua vontade. Depende – ainda que isso repugne a MR – do nível das forças produtivas e das relações sociais correspondentes. Essa sempre foi a posição do marxismo; só a aparente excepção das revoluções “socialistas” na Rússia, China, etc. levou a que fosse esquecida.

Em 1917 o proletariado russo teve de fazer a revolução burguesa, dada a incapacidade da burguesia; só depois de realizar (a seu modo e no seu interesse) as tarefas da revolução burguesa, poderia eventualmente passar às tarefas da revolução socialista. Dizia Rosa Luxemburgo em 1918, a propósito justamente da crise que já então se desenhava no regime soviético, que *“até mesmo as maiores revoluções só podem realizar aquilo que o desenvolvimento da sociedade permite”*, e tinha toda a razão, embora não a tivesse noutras coisas.

Assentemos pois que o proletariado russo, ao assumir o poder, tinha pela frente, não meras “transformações” prévias ao socialismo, mas todo um período capitalista (o que não significa, naturalmente, que tivesse que entregar as fábricas e as terras aos capitalistas!): capitalismo sob a propriedade do Estado, capitalismo da pequena burguesia urbana e rural, capitalismo das cooperativas de pequenos produtores – mas capitalismo e não socialismo, visto que durante esse período teriam que continuar a vigorar as leis económicas do capitalismo: a produção para o lucro, a fim de permitir a acumulação do capital e criar as premissas do socialismo.

Isto parece a MR uma desvalorização da revolução. *“Se a revolução foi desde o início burguesa, então não há que procurar o momento em que se terá dado a viragem do socialismo para o capitalismo; não houve nenhum momento de ruptura, mas apenas passos diferentes da mesma continuidade histórica, de Lenine a Gorbatchov...”*

Ou seja, ao classificarmos a revolução como burguesa estaríamos a pôr Lenine ao nível de Gorbatchov. É um pouco forte de mais...

A ruptura deu-se quando se desintegrou o poder operário-camponês (1918-20); voltou a dar-se quando a burguesia dos *nepmen* reconquistou liberdade de acção; repetiu-se, como autêntico cataclismo, quando a nova burguesia de Estado levou a cabo a industrialização, a expropriação do campesinato e a centralização total do poder; repetiu-se mais uma vez quando essa nova classe burguesa renegou o stalinismo e adaptou o catecismo “leninista” e “internacionalista” aos seus interesses internos e externos (Khruchov). Rupturas

não faltaram na vida da URSS, desde o poder proletário dos primeiros dias ao poder burguês dos *aparatchiks*; a “viragem do socialismo para o capitalismo”, essa, é que é escusado procurá-la.

O PODER INEXISTENTE DOS SOVIETES

Poderia o partido bolchevique, em circunstâncias mais favoráveis, ter atravessado com êxito a etapa burguesa da revolução e abordado a construção do socialismo? MR pensa que sim e não concorda que eu diga que a revolução russa não podia ter chegado ao socialismo. Para ele, a passagem da Rússia ao socialismo falhou por acidente, nomeadamente, a intervenção imperialista e a guerra civil, a cujas consequências eu não daria a devida importância.

Como não faltam naquilo que escrevi as referências ao desastre causado pelo assalto reaccionário contra o poder dos soviets, creio que MR quer dizer que, se não fosse a guerra civil e a invasão imperialista, a revolução teria condições para avançar para o socialismo. E com isto, de facto, não concordo.

Teria sido necessário também que a economia russa não fosse tão atrasada e o campesinato tão numeroso; que o proletariado tivesse peso numérico suficiente para reorganizar a produção e para manter a sua ditadura de classe através dos soviets; que o proletariado europeu tivesse ocorrido em seu auxílio com novas revoluções no Ocidente... – ou seja, para a revolução ter êxito, deveria ter-se dado num país diferente, numa época diferente, em circunstâncias diferentes. Não significa isto na prática que aquela revolução concreta não podia ter passado ao socialismo? Que ela foi, tal como a Comuna de Paris, embora a um nível incomparavelmente mais elevado, uma *antecipação* histórica?

É inegável que Lenine disse e repetiu nos derradeiros anos da sua vida que a Rússia podia apesar de tudo avançar para o socialismo através do capitalismo de Estado sob ditadura do proletariado. Impõe-se todavia reconhecer que Lenine estava *errado* nesta convicção – e reconhecê-lo não é pôr em causa o papel histórico do leninismo; pelo contrário, é uma conclusão que decorre do próprio leninismo.

Com efeito, a ditadura do proletariado não é uma mera questão de governo. Uma “ditadura do proletariado” que não se realiza através de uma profundíssima reorganização social envolvendo a massa da população na administração e no governo com base numa ampla democracia soviética, e que tem como único sustentáculo o

poder do partido revolucionário, como foi o caso, é uma *ficção*. Por mais sobre-humanos que fossem os esforços de Lenine e dos bolcheviques, nada podia colmatar a falência dos soviets como órgãos de poder, logo após Outubro.

Confundir poder do partido com poder soviético foi uma deformação longo tempo alimentada na corrente comunista e compreende-se porquê – era essencial à justificação da URSS como uma sociedade “socialista”. Mas MR parece ainda não se ter apercebido disso. *“O poder soviético – escreve – teve força suficiente para resistir ao esmagamento; mas não a teve para evitar a degeneração”*. Quem resistiu ao esmagamento foi o governo do partido comunista, não os soviets. O poder dos soviets, invariavelmente invocado a partir de 1917 como base do regime da URSS, teve uma existência de escassos meses e desapareceu no turbilhão da guerra civil. O poder teve que ser concentrado no partido comunista, como única forma de evitar o triunfo da contra-revolução, e os soviets tornaram-se órgãos auxiliares do partido. **A partir daí, não podia haver qualquer espécie de ditadura do proletariado.**

E mais, o partido comunista estava condenado à degeneração. Obrigado, por força das circunstâncias, a monopolizar o exercício do poder político que, em teoria, pertencia ao proletariado, transformado em administrador, governo, exército, polícia, ideólogo, o partido comunista não só não podia avançar para o socialismo como tinha necessariamente que perder a sua natureza revolucionária.

Que os bolcheviques tentassem, contra todas as evidências, levar mesmo assim a revolução por diante, é compreensível. Se não o fizessem, só lhes restaria capitular. Mas já é menos justificável que nós, passado quase um século, continuemos a acreditar que a revolução poderia ter avançado para a meta do socialismo sem ditadura do proletariado. Isto sim, é uma contradição nos termos.

URSS: A MEIO CAMINHO ENTRE DOIS SISTEMAS?

Foi instaurada na URSS, depois de Lenine, uma forma específica e original de capitalismo, governado por uma burguesia de tipo novo? MR pensa que não e, para o tentar demonstrar, invoca argumentos verdadeiramente surpreendentes.

“O regime da URSS foi um ser híbrido, nem socialista nem plenamente capitalista”, escreve. “Nunca se constituiu uma autêntica classe burguesa. “Nunca se terá constituído um autêntico sistema económico capitalista”.

Isto parece conter a ideia de que um regime económico-social pode estar a meio caminho entre capitalismo e socialismo, sem ser realmente nem uma coisa nem a outra. Tal será possível num curto lapso de tempo, durante as transformações revolucionárias – mas não ao longo de decénios, num regime plenamente formado como era o da URSS.

As teses que nos anos 50 ou 60 julgavam ver na URSS uma formação social híbrida, de transição, nem capitalista nem socialista, ou “pós-capitalista”, eram explicáveis perante as singularidades que exibia aquele regime. Hoje, quando estamos de posse de todos os dados da questão, são indefensáveis.

Parece-me inaceitável que MR diga que a originalidade da revolução de Outubro foi “*ter resistido a todas as tentativas de esmagamento*”, ou ver os 70 anos do regime como um “*longo percurso de destruição da revolução proletária*”. A revolução proletária desintegrou-se logo após ser levada a cabo. O que se seguiu depois já foi outra coisa: foi a construção, florescimento, consolidação e por fim declínio e apodrecimento de um outro regime; nascido como solução para o problema criado pela revolução proletária, usando o nome desta, revestido de roupagens “socialistas” mas completamente estranho aos seus objetivos.

A MR parecem provas irrespondíveis do carácter não-capitalista da URSS a inexistência de propriedade privada ou de apropriação privada do lucro, a ausência da concorrência no mercado, do crédito, da finança, da exportação de capitais...

Tudo isso indica sem dúvida um capitalismo coxo e transitório, que não pode ser confundido com o capitalismo formado em condições normais. Como não seria assim, se a revolução teve que ser feita *contra* a burguesia? Mas, para lá de todas essas anomalias, a economia “soviética” apresentava a característica essencial de todo o capitalismo – a acumulação do capital à custa da extorsão de mais-valia ao trabalho assalariado (o que MR de resto admite, a custo, numa outra passagem do seu artigo). E se a sociedade era fundada em relações capitalistas, do que havemos de falar senão de regime capitalista e de burguesia?

Que tipo de poder vigorava na URSS? As ideias expostas por MR no seu artigo acerca deste ponto são ainda mais inesperadas e surpreendentes.

Pensa MR que havia na URSS de Staline “*um compromisso social que estabelecia o equilíbrio entre a camada dominante e a massa trabalhadora*”. “*A camada dirigente da URSS só podia manter-se no poder enquanto se mantivesse em aliança com a massa trabalhadora*”. E fala ainda no “*iguala-litarismo e colectivismo subjacentes àquele compromisso social...*”

Esta é uma ideia verdadeiramente estranha. Porquê “aliança” se MR admite que eram os de cima que “*dirigiam, detinham o monopólio do poder*”? Pode haver aliança quando uma das partes detém o monopólio do poder? É que, nota MR, apesar de tudo, “*os de baixo tinham asseguradas as condições materiais de trabalho, de saúde, de instrução, etc.*” Mas se isto permite falar em aliança, então teríamos que considerar as democracias imperialistas europeias dos anos 50-70 como alianças entre a burguesia e o proletariado, visto que também asseguravam a este certas regalias e estabilidade.

A URSS, claro, era completamente diferente – ausência de propriedade privada, plano, reinvestimento do lucro, pleno emprego... Mas nem traços de “compromisso social”; o que ressaltava era o abismo entre proletários, dum lado, e *aparatchiks* e directores, do outro, entre dirigentes e executantes, entre opressores e oprimidos. Pelo facto de esse abismo ser hoje ainda mais brutal, deveremos idealizar o que o antecedeu? Ou será preciso recordar que não havia direitos políticos nem traços de controlo operário da produção, que nas fábricas reinava a arregimentação, que as diferenças de salários e regalias eram insultuosas (o que, diga-se de passagem, era uma forma de apropriação privada do lucro), que a sociedade se regia de alto a baixo pelo unanimismo forçado?

De resto, se o rigor da exploração e da vigilância policial se atenuou na URSS a partir dos anos 60 porque a acumulação do capital estava a atingir níveis mais elevados e porque a classe governante já então receava exasperar a sua retaguarda, não podemos esquecer que a “edificação das bases do socialismo” se fez à custa da militarização do trabalho em regime penitenciário, o que nos situa no terreno do capitalismo primitivo e nos antípodas do socialismo.

Esta tese insustentável de uma aliança de classes na URSS arrasta MR para uma visão mitigada do Terror, o qual é contudo uma questão central na compreensão do regime “soviético”. “*O terror dos anos 30 – escreve – não se afigura como o sinal de força de uma classe dominante, mas antes como o indicador de um poder instável, contraditório, portanto não solidamente assente numa dominação de classe*”.

“Um poder que vê inimigos tanto nas movimentações da classe operária como na afirmação das camadas burguesas liberais (...) revela compromisso e cruzamento de classes”.

Assim, uma das maiores explosões de violência do século pode ser para MR a prova de que não havia ditadura de uma classe! E se o terror era dirigido igualmente contra operários e burgueses, contra comunistas e liberais, isso seria a prova de que era resultado de um “cruzamento”, isto é, metade burguês metade proletário!

Pelo contrário, o terror dos anos 30 revela a existência de uma classe que impõe o seu monopólio do poder esmagando os obstáculos à sua forma específica de apropriação: ela tem que reprimir os camponeses, os operários e os adeptos do capitalismo privado, não por ser um “cruzamento” de todos mas para impor um regime diferente, que não pode coexistir nem com o capitalismo privado, nem, obviamente, com aspirações socialistas.

E tem que o fazer, como escrevi, porque “uma sociedade que pela primeira vez na história centralizava forças produtivas tão poderosas, suprimindo a acção reguladora das leis do capitalismo sem lhe substituir a apropriação colectiva e a auto-administração pelos produtores, só pelo terror podia impor ordem no caos”.

Porque não houve terror nos anos 20, quando era muito mais “instável e contraditório” o poder “soviético”? Porque se desencadeou este quando a industrialização e a “colectivização” agrária colocaram sob controlo dos governantes um poder imenso? Justamente porque a nova classe burguesa passou nesse processo da fase embrionária a um corpo social formado, capaz de exercer a sua ditadura de classe.

Já passou o tempo em que o movimento comunista, para reagir à campanha burguesa ocidental contra o “totalitarismo soviético”, identificava o regime da URSS com a revolução de Outubro e lhe atribuía méritos democrático-populares que ele na realidade não possuía. A vida ultrapassou essa situação de impasse, que reduziu o marxismo e o leninismo à minoridade ideológica durante a maior parte do século. Hoje podemos ver sem antolhos as características próprias desse capitalismo de Estado, “subproduto” da revolução (para usar o termo de MR): acumulação centralizada do capital a exigir uma fortíssima coesão política assente no partido-Estado; ditadura sobre o proletariado mascarada de ditadura do proletariado; isolamento internacional a ditar a busca de apoios externos no movimento operário e anti-imperialista – de resto uma vocação natural do regime, dada a sua origem revolucionária.

Capitalismo abortivo e condenado à falência, governado por uma burguesia que não se podia assumir de corpo inteiro – nada disto chega, porém, para fazer dele um regime proletário, semiproletário ou de alguma forma aparentado ao socialismo.

Como não admite que existisse uma burguesia “soviética”, MR é levado a defender que a classe dirigente da URSS se teria desintegrado com a “queda do Muro”. *“A ‘burguesia soviética’ que se constituiu em 70 esforçados anos foi varrida do poder, dividida...” “Depois de 1991, essa suposta classe, essa protoclasse, foi desalojada do poder e desarticulou-se”.*

Isto é desmentido pelos factos de todos conhecidos. A classe (ou protoclasse ou o que se lhe queira chamar) que estava no poder na Rússia em 1980 é a que se mantém no poder actualmente, reconvertida agora de gestora da propriedade do Estado em gestora dos seus negócios privados, ocupada na disputa partidária ou nos altos cargos do Estado. Seria a primeira vez que uma classe seria desalojada do poder e desarticulada sem uma convulsão social violenta – que não se deu, como todos sabemos. O golpe de Estado de 1991, que, segundo MR, *“fez a URSS baixar todas as defesas e escancarou o país ao capitalismo internacional”* vinha sendo desejado e preparado por um sector sem cessar crescente da própria classe dirigente; por isso não deparou com resistência que se visse.

No texto colectivo “Resposta aos comunistas americanos”, divulgado há dez anos (PO nº 27, Nov./Dez. 1990) e cuja releitura aconselho sem ironia a MR, definimos o regime soviético como um *“capitalismo embrionário”* e a sua classe dirigente como uma *“burguesia burocrática de Estado”, “burguesia de empréstimo, nascida com a missão subalterna de liquidatária de uma revolução falida, encarregada de administrar o capital nacionalizado até se criarem condições para a privatização”.* Parece-me um bom resumo de um fenómeno que MR obscurece em vez de clarificar com a sua interpretação.

OS NOVOS OUTUBROS QUE GERMINAM

Classificar a a revolução russa como uma revolução burguesa que não podia ter passado ao socialismo acarreta, segundo MR, consequências graves. Passaremos a ver a revolução russa *“não como a primeira onda das grandes revoluções proletárias, mas como o mais recente ciclo de revoluções burguesas”.* Em resultado disto, convencer-nos-emos de que próximas revoluções na Ásia, na América Latina, ou em África,

estarão condenadas a ser revoluções burguesas dirigidas pelo proletariado. Pior: desprezaremos as revoluções que germinam no Terceiro Mundo e tenderemos a atribuir o papel de vanguarda às sociedades imperialistas. Pior ainda: *“Postas as questões em função do atraso das forças produtivas”*, seremos levados a esperar indefinidamente que se reúnam as condições económicas para a revolução.

A lista de desvios é assustadora mas tem pouco a ver com o que defendi.

Em primeiro lugar, há um problema de escala a pôr a claro. Com a revolução de Outubro, *“o proletariado assumiu o papel de alternativa histórica”*? Sem dúvida, desde que isto seja entendido numa dimensão... histórica. É claro que *“cada revolução desencadeada numa parcela do mundo capitalista (mesmo atrasada) é parte integrante (e possível detonador) da revolução global”*. É claro que *“o mundo da época imperialista é o último patamar antes do socialismo”*, *“que o socialismo é o próximo horizonte”*. É claro, acrescento eu, que, depois de Outubro, a burguesia perdeu toda a capacidade revolucionária e entrámos na era do capitalismo agonizante e em putrefacção, das guerras imperialistas e das revoluções proletárias.

Está tudo certíssimo, desde que não queiramos aplicar estas proposições à escala das nossas vidas. Que os comunistas de 1917, perante o cataclismo da primeira guerra mundial, julgassem estar perante a derrocada geral do imperialismo a curto prazo, é compreensível. Mas se nós, com a experiência entretanto acumulada, ainda não percebêssemos que a passagem geral da humanidade do capitalismo ao socialismo se pode estender por dois ou mais séculos e que comporta desdobramentos, peripécias intermédias, acidentes imprevistos, recuos, etc., não teríamos desculpa.

Significa isto que, depois da entrada do proletariado no primeiro plano da cena mundial através de antecipações históricas que, não podendo ainda conduzir ao socialismo, abalaram até aos alicerces o mundo burguês, o que virá a seguir serão muito provavelmente novas revoluções em países ou grandes regiões atrasadas especialmente vulneráveis (os *“elos fracos”* da cadeia imperialista de que falava Lenine), as quais terão condições muito mais favoráveis para ter êxito no avanço para o socialismo (proletarização, desenvolvimento das forças produtivas), sobretudo se forem apoiadas a sério pelo proletariado das metrópoles imperialistas.

Essas revoluções, contudo, *não poderão* começar por instaurar o socialismo. Só lá chegarão se conseguirem atravessar uma etapa capitalista sob ditadura do proletariado – aquilo que a Rússia dos

soviéticos não conseguiu. E isto por uma questão de “forças produtivas”. Discordo em absoluto de MR quando escreve que não se pode determinar qual o nível de desenvolvimento capitalista necessário para tornar viável a passagem ao socialismo. O socialismo não é viável enquanto: a) o desenvolvimento capitalista não tiver transformado a massa dos pequenos produtores em proletários; b) a acumulação de riqueza social não tiver tornado arcaica e obsoleta a produção para o lucro e a extracção da mais-valia, criando as condições económicas para o autogoverno dos produtores. O socialismo na pobreza, numa economia predominantemente camponesa, etc., ideia muito propagandeada no século que agora terminou, é uma contradição nos termos, é uma negação da noção marxista de socialismo.

Quanto às revoluções nas metrópoles imperialistas, acredito que só serão possíveis numa etapa posterior, devido ao efeito corruptor do poderio imperialista – e MR não pode falar a sério quando me atribui a ideia de que a revolução estaria mais próxima nestes países. A nossa tarefa é despertar o proletariado para a luta contra o sistema, desacreditar a política pequeno-burguesa das melhorias por meio de reformas, sabotar o funcionamento da máquina capitalista e ajudar sempre e por todos os meios os povos oprimidos que se revoltam. Será assim que aproximaremos o socialismo no mundo.

A questão que nos desafia, hoje e para o futuro, é saber se continuamos a confundir a grandeza da revolução russa, sem paralelo na história das revoluções dos oprimidos, com o regime que se ergueu sobre os seus escombros; se, em face da ofensiva imperialista desencadeada pela “queda do Muro”, nos refugiamos na nostalgia por um regime que apesar de tudo lhe fazia obstáculo; se imaginamos possível avançar para o socialismo, o autêntico, sem mostrar o que o distingue do pseudo-socialismo que preencheu boa parte do século que acabou.

Com o fecho – em vias de se completar – da etapa do “socialismo real”, o marxismo pode agora libertar-se do congelamento a que foi remetido durante três quartos de século. Podemos fazê-lo e teremos que fazê-lo se quisermos projectar perante os oprimidos o nosso alvo socialista em toda a sua poderosa capacidade mobilizadora.

(Política Operária 80 - Maio/Junho de 2001)

DISLATES SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

Arnaldo Matos expôs, numa palestra no Hotel Roma, em Março, as conclusões do seu estudo sobre o fracasso da União Soviética. Em seu entender, a construção do socialismo na URSS falhou por não ter sido dada a atenção devida aos últimos escritos de Lenine, nomeadamente quanto à NEP. O mais certo é o ideólogo do MRPP ignorar que está assim a retomar as posições defendidas por Bukarine, violentamente atacadas na época por Staline e há alguns anos reabilitadas por certos meios social-democratas. Teremos agora Arnaldo transformado em anti-stalinista involuntário?

Mas isso nem sequer tem grande importância, já que o nível das “investigações” de Arnaldo Matos está abaixo de qualquer crítica. Apegado ao estilo de oráculo, exibindo o atrevimento da ignorância, de um charlatanismo insuportável, Arnaldo continua igual a si próprio. A sua arenga mostra que não compreendeu a natureza do regime “soviético” nem as opções que ele foi obrigado a enfrentar. A maior parte das vezes nem sabe sequer do que fala.

Sendo impossível registar aqui todos os erros, falsidades e puras barbaridades que abundam no texto reverentemente publicado em dois números sucessivos do *Luta Popular*, apontemos só de forma breve os que nos surgem ao correr da leitura.

Arnaldo afirma que o mal estaria no facto de os dirigentes soviéticos “*não terem estudado a política económica de Lenine e a NEP*”. Desconhece que a NEP, mantida até muito depois da morte de Lenine, teve que ser abandonada em 1929 precisamente por a resistência dos *kulaks* (que, a propósito, não eram os “camponeses médios” mas sim os camponeses ricos) a ter tornado insustentável. Compromisso com a pequena burguesia que permitiu ganhar tempo e reconstruir a economia devastada, a NEP, como compromisso que era, tinha que se esgotar assim que a burguesia recomeçasse a adquirir força. Foi por não o compreender que Bukarine se tornou porta-voz da restauração burguesa ao defender a continuidade da NEP.

Afirma Arnaldo: “*Quem deveria gerir o excedente produzido pelos operários? Com isto nunca ninguém se preocupou*”. Errado. Todos no Partido Bolchevique se preocuparam, de Staline a Trotsky, mas não encontraram outra solução prática senão encarregar uma vasta classe

burocrática de o fazer. E não porque desconhecessem o marxismo mas porque nas condições de atraso da sociedade russa não havia outra solução viável.

“Havia um controlo operário sobre a fábrica mas não havia um controlo operário sobre mais nada na economia. É aqui que reside a causa fundamental da derrota do socialismo”. Falso. Não havia controlo operário a qualquer nível. Nas condições de atraso da Rússia, o controlo operário nas fábricas, que emergiu no período revolucionário, rapidamente foi substituído pelo poder dos directores.

“O que falhou na União Soviética foi a orientação nacional para toda a economia”. Falso. Orientação nacional da economia foi o que nunca faltou na URSS nem na China, através dos planos quinquenais. O problema foi que estes planos edificavam uma economia capitalista estatizada, não o socialismo.

Um grave erro de Staline, na opinião de Arnaldo, teria sido a *“prioridade à criação da indústria pesada sacrificando a produção de bens de consumo”.* Ele ignora que a URSS foi obrigada nos anos 30 a uma corrida desenfreada para conseguir a independência económica, face às ameaças crescentes de uma agressão militar, e que isso implicou a máxima prioridade à indústria pesada.

A ideia de que *“é preciso ter um exército forte para defender a ditadura do proletariado”* foi um *“erro dos russos”* – outra *“pérola”* arnaldista. Aqui está uma ideia com que Hitler decerto concordaria...

“A mim não me impressiona que Estaline tenha mandado não sei quantas pessoas para a fogueira, milhões... Esses exageros não me impressionam absolutamente nada.” *“Mesmo que porventura ele fosse o único responsável pela morte desses sujeitos é preciso dizer que do ponto de vista histórico nada se perdeu”.* Simplesmente inqualificável. É o tipo de afirmação que poderia perfeitamente ser subscrito por um fascista. Arnaldo não distingue entre as perdas de vidas causadas pelos grandes choques sociais, pela luta dos oprimidos para se libertarem dos opressores, e as perdas de vidas causadas por um regime autocrático que cilindra milhões de pessoas para garantir a sua coesão e sobrevivência.

“Stakhanov era um operário que montava mais tijolos que toda a gente. Chegou a montar por dia dez mil ou doze mil tijolos”. Stakhanov era mineiro de carvão.

Antigamente, *“quando a classe operária era esmagadoramente maioritária em relação às outras classes.”* Nunca foi. Esmagadoramente maioritários eram os camponeses, como toda a gente sabe. f

“A passagem das forças económicas de uma classe para outra não altera em nada as relações de produção dominantes numa sociedade”. Ou

seja: a revolução não é a revolução. Aqui a inovação de Arnaldo no terreno dos conceitos marxistas torna-se estonteante.

“O partido da classe operária, um partido que se destina a desaparecer quando se instaurar o socialismo”. O marxismo nunca disse nem poderia ter dito isso, visto que o socialismo é concebido como um sistema de transição em que persistem classes e luta de classes. Arnaldo parece considerar socialismo e comunismo como equivalentes.

“Aliança entre os operários e camponeses – é isso que quer dizer ditadura do proletariado”. Quer dizer, nos países capitalistas avançados, onde o campesinato tem uma expressão ínfima, deixa de ser possível a ditadura do proletariado. Brillhante!

“A palavra ‘proletário’ é inventada por Marx”. Dois mil anos depois dos romanos...

“Hoje não se pode falar de um operário como necessariamente um proletário”. *“Um proletário, ou seja, um operário consciente”.* Portanto, um operário que não tenha consciência de classe deixa de ser proletário! Eis o que não deixaria de espantar Marx!

Etc., etc.

O “debate” que, segundo o *Luta Popular*, se teria seguido consistiu de respeitosas perguntas dos assistentes que deram lugar a novos e caudalosos discursos do orador. Não houve debate nenhum. (Citações extraídas do *Luta Popular* nº 881 e 882, de Abril e Maio).

(Política Operária nº 77, Novembro-Dezembro de 2000)

A REVOLUÇÃO QUE NÃO PÔDE SER SOCIALISTA

Há os que amaldiçoam a revolução russa como “totalitária”, há os que a idealizam como a aurora do socialismo – é mais que tempo de uma visão realista da sua grandeza e dos seus limites históricos.

Durante um debate recente promovido pelo colectivo Emancipação do Trabalho, vários camaradas mostraram-se chocados com a afirmação de que a revolução russa *não foi nem podia ter sido socialista*; alguns julgam mesmo ver nisto um abandono das nossa antigas lutas, uma concessão às campanhas burguesas que visam enterrar a revolução e o leninismo. Volto por isso ao tema, só para sistematizar algumas ideias gerais, já expostas mais desenvolvidamente numa série de artigos anteriores nesta revista.

Ao longo deste século, a União Soviética foi, aos olhos dos trabalhadores mais conscientes, a “pátria do socialismo” e a cabeça do “campo socialista”, o país onde o governo pertencia aos trabalhadores, guiados pelo partido comunista, a esperança de uma sociedade nova livre da exploração. Mais tarde, já abalado o prestígio da URSS pelas denúncias que entretanto se iam acumulando sobre o terror no tempo de Staline, ela continuava contudo a ser vista como um poderoso país socialista, como uma sociedade de novo tipo que estreitava continuamente o campo de acção do sistema capitalista. Por isso, a sua conversão *súbita e pacífica* ao capitalismo, há dez anos, causou um choque devastador de que ainda não se recompuseram os revolucionários por todo o mundo – e isto contribui em larga medida para a crise que atravessa o pensamento comunista.

A “PODEROSA PÁTRIA DO SOCIALISMO”

Pode o socialismo evaporar-se? – Uma posição aparentemente intransigente mas que revela o desconcerto a que chegou o pensamento marxista neste fim de século é a dos que insistem que o socialismo existiu mesmo no “país dos soviets” (embora com graves imperfeições, admitem), e que só a pressão imperialista apoiada em maquinações de dirigentes corruptos (Gorbatchov, Krutchov...), teria

levado ao cansaço e desorientação do povo e à desagregação da URSS. Ideias deste tipo encontram-se sobretudo no PCP e na UDP mas também frequentemente no que resta da extrema-esquerda.

Não creio que vamos longe com esta visão, que rebaixa as lutas sociais ao nível do enredo policial. É de facto inconcebível que se o socialismo fosse a forma de viver na URSS, como se dizia, esta pudesse retroceder à lei do capital sem poderosas convulsões sociais; ora, elas não existiram. De um dia para o outro, mediante um golpe de palácio, o país do “socialismo avançado” converteu-se ao capitalismo selvagem e mafioso; o “socialismo” desapareceu como engolido por um alçapão, no meio da apatia da massa da população. Como nestas questões não há milagres, isto só pode significar que a “propriedade socialista de todo o povo” simplesmente não existia na União Soviética.

Socialismo - as provas – Todavia, por muita dificuldade que tenham em explicar as causas do desmoronamento da URSS, aos nossos interlocutores não faltam “provas” de que ela era mesmo socialista: a totalidade dos meios de produção e de troca era propriedade do Estado; não havia mercado, nem capital financeiro, nem bolsa, nem milionários; a economia era submetida a um plano; os ritmos de trabalho eram baixos, havia pleno emprego e as necessidades básicas estavam asseguradas; o nível educacional era elevado e a criminalidade reduzida; a política internacional da URSS, mesmo que condenável em certos casos, não visava a exportação de capitais e fazia frente às potências imperialistas. Etc. Isto, naturalmente, para além da origem revolucionária do regime, do facto de este ser governado por um partido comunista e amaldiçoado pela burguesia mundial como um “papão”.

Serão precisas mais provas?, perguntam-nos. De facto, são.

“Socialismo real” – A URSS era sem dúvida um país diferente mas não a sociedade idílica que imaginam os seus saudosistas. A doutrina oficial socialista não funcionava. Resumidamente, faltava motivação aos de cima, frustrados pela proibição da iniciativa privada e pelas limitações à utilização dos lucros, e faltava motivação aos de baixo, por se sentirem explorados e marginalizados. O motor da sociedade era um aparelho dirigente altamente centralizado, todo-poderoso, apoiado numa burocracia gigantesca, que se tornava por sua vez mais um factor de paralisia. Em resultado dessas contradições, os princípios “socialistas” eram esvaziados no dia-a-dia: a corrida ao lucro entre as empresas estatais, a competição pelas dotações

do plano entre os vários sectores da economia, a autoridade dos directores, o tráfico de influências junto do poder, a corrupção dos negócios clandestinos, o afastamento crescente entre a massa do povo e as elites privilegiadas, a desmoralização de um proletariado proclamado todos os dias dono do país e arredado de todas as decisões, a ausência de liberdades políticas, o medo da polícia secreta, um clima sufocante de conformismo e de estagnação ideológica. A URSS era há muito uma sociedade doente. Por isso, a “contra-revolução” de 1989-90 foi tão fácil: limitou-se a pôr as instituições de acordo com a vida real.

E os soviets? – Um erro corrente é ver esta situação como fruto de “desvios”, que poderiam ter sido corrigidos por uma melhor política do partido comunista. Segundo esta concepção, o socialismo dependeria da aplicação de uma “linha justa” na economia e na política por parte do partido comunista no poder; ficam esquecidas as relações sociais concretas que definem o socialismo.

Ora o socialismo não se define só por uma economia estatizada nem pelo papel dirigente de um partido revolucionário; é *também e sobretudo* a apropriação dos meios de produção pelos próprios produtores – o que, por sua vez, pressupõe o exercício do poder de Estado pelos órgãos democráticos das massas, aquilo a que Marx chamou pela primeira vez a ditadura do proletariado. E ninguém ignora que o poder dos soviets, proclamado em 1917, se tornara há muito uma ficção. Os soviets eram meros órgãos administrativos, sem qualquer poder político. Na realidade, todos o sabiam, a URSS era governada pela cúpula dirigente do PCUS, em nome e representação dos soviets, do proletariado e de todo o povo, segundo um conceito autocrático de socialismo. O poder era ditatorial, a “democracia soviética” era um mito, e isso é prova suficiente de que o socialismo também o era.

Capitalismo estatal – Não sendo a ex-URSS socialista, temos então que admitir que era capitalista? Exactamente. Aquilo que ainda hoje parece à maioria das pessoas de esquerda uma aberrante divagação anarquista é que define o regime económico-social reinante na URSS durante várias décadas.

A URSS era capitalista já desde os anos 30 porque, apesar da estatização da economia, toda a vida económica era gerida pela lei do valor; produzia-se para acumular capital, os trabalhadores viviam da venda da sua força de trabalho e o poder era exercido por uma classe

administradora do capital nacionalizado, sustentada pela mais-valia do proletariado embora não tivesse direitos de apropriação privada.

Este capitalismo de Estado apresentava sem dúvida características anómalas, o que não tem nada de estranho se tivermos em conta que se erguera a partir de uma gigantesca revolução proletária-camponesa num país atrasado. As marcas deixadas pela revolução coexistiam com os mecanismos capitalistas, deformando-os e emperando-os, mas a longo prazo eram estes que marcavam o ritmo de toda a vida económica, política e social e que lutavam para impor as suas exigências sem partilha.

Acumulação capitalista primitiva – Na realidade, os vertiginosos anos dos primeiros planos quinquenais e da “colectivização” agrária, vistos pelo mundo inteiro como a passagem da Rússia ao socialismo, corresponderam à acumulação capitalista primitiva que lhe iria permitir descolar do atraso e tornar-se uma sociedade moderna.

A expropriação e deportação de milhões de famílias camponesas lançada em 1929 pela grande “viragem” de Staline, ao mesmo tempo que aniquilou a resistência pequeno-burguesa ao poder, lançou nas fábricas e estaleiros uma multidão de novos proletários, que iriam fornecer a mais-valia necessária ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas.

Os países europeus tinham feito a sua acumulação capitalista primitiva ao longo de vários séculos de expansão marítima e “descobertas”, guerras, pilhagens e escravagismo; a Rússia, que ficara para trás, teve de fazê-lo no espaço de uma década, por intermédio do Estado. É por isso inteiramente deslocado apreciar este processo brutal à luz dos princípios do socialismo ou da democracia, como fazem as escolas burguesas; se comparada com a acumulação capitalista europeia, a da Rússia foi mais espectacular pela rapidez com que foi executada, mas certamente menos custosa em vidas humanas.

A revolução de Staline – Quando em 1936 Staline proclamou o “triumfo do socialismo”, como resultado da “segunda revolução”, que fez emergir subitamente a Rússia como um poderoso país industrializado, dotado de uma agricultura moderna, com uma ciência, uma tecnologia e uma educação modernas – foi justamente quando desapareceram todos os vestígios que ainda restassem da ordem social criada pela revolução e dela só restaram afirmações de fé.

O crescimento de uma nova classe operária “soviética”, os milhões de kolkhosianos que tomavam o lugar dos antigos camponeses, em vez de testemunhar, como se dizia, a base social do socialismo, fizeram emergir um numeroso proletariado moderno, base do florescimento e consolidação do capitalismo ascendente. Uma nova classe dirigente consolidou o seu poder no país, formada pelo aparelho dirigente do partido e do Estado, e submetendo ferreamente os assalariados às leis de acumulação do capital.

Essa colossal e tumultuosa transformação que instituiu uma nova ordem social fundada na acumulação capitalista e na exploração dos trabalhadores assalariados só pode ser classificada como uma revolução burguesa, sejam quais forem as suas peculiaridades.

Regime de contrastes — Não era fácil para os comunistas na época (muito menos para os próprios soviéticos) entender a natureza deste regime sem paralelo na história que reunia aspectos avançados com um poder despótico, a arrematamento dos trabalhadores com as proclamações comunistas. Houve todavia quem compreendesse que este capitalismo de Estado era uma etapa necessária na situação a que chegara a Rússia, como foi o caso do comunista holandês Anton Pannekoek, o qual observava em 1935: “*O conjunto da burocracia de funcionários, que dirige e governa o país ... cumpre as funções e as tarefas que foram ocupadas na Europa e na América pela burguesia: desenvolver a indústria e a produtividade do trabalho. A eles pertence transformar a Rússia, de país agrícola e bárbaro, em país civilizado e moderno(...)*”. E comparando a revolução Russa com a Revolução Francesa, escrevia: “*A Revolução não fez da Rússia, como pretende uma propaganda enganadora, um país onde os trabalhadores são os senhores e reina o comunismo. Mas ela fez-lhe realizar um progresso de enorme importância.*”¹

Capitalismo anti-imperialista – Na época era, todavia, difícil avaliar o lugar original da União Soviética na luta de classes mundial. Os marxistas que empreenderam a crítica do estalinismo resvaram regra para o terreno do democratismo burguês e adoptaram alinhamentos reaccionários. Não compreenderam que a natureza deste capitalismo tardio, nascido de uma grande revolução, defrontando o cerco das grandes potências e a ameaça cada vez mais palpável de invasão, lhe ditava uma política externa anti-imperialista e a busca

1) Anton Pannekoek, *A luta operária*, Centelha, Coimbra, 1977.

do apoio no movimento operário mundial e nos povos oprimidos. A classe dirigente “soviética” tinha um antagonismo real com a burguesia internacional que tentava por todos os meios derrubá-la. As suas profissões de fé socialistas e “marxistas-leninistas” não eram mera propaganda; exprimiam a consciência equivocada que ele tinha do seu papel. E, fossem quais fossem os ziguezagues do nacionalismo de Staline, a URSS foi obrigada para sobreviver a bater-se com o império nazi – sofrendo um Holocausto bem maior que o dos judeus e de que hoje não se fala – e afirmou-se aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo como uma força de libertação, imagem que consolidou depois da guerra com o apoio aos movimentos anticoloniais. Nada tem de estranho portanto que o grosso do movimento operário tomasse como real a denominação socialista da URSS, apesar dos sinais alarmantes que daí chegavam.

O Terror – Durante muitos anos ignorado ou minimizado pelos comunistas, primeiro por julgarem que fosse uma invenção da propaganda imperialista, mais tarde, quando já não podia haver dúvidas, por recearem, ao admiti-lo, dar armas ao inimigo – o Terror nos anos 30 tem que ser entendido no seu carácter social. Aqui não se tratava do terror dos primeiros anos, para a defesa da revolução contra o terror branco; o regime estava já solidamente implantado e não havia lutas sociais de envergadura. E é absurdo que ainda hoje pretendam alguns “explicar” os processos de Moscovo, a deportação de milhões de camponeses, o Gulag, as execuções sumárias de centenas de milhares de inocentes, como “desvios da legalidade socialista”. Pela sua dimensão gigantesca, o Terror é um indicador certo de um poder ditatorial sem freio, não sujeito a qualquer controlo democrático dos trabalhadores – e portanto estranho ao socialismo.

O Terror foi a argamassa da edificação do capitalismo de Estado. Como escrevemos noutra altura², “uma sociedade que pela primeira vez na história centralizava forças produtivas tão poderosas, suprimindo a acção reguladora das leis do capitalismo sem lhe substituir a apropriação colectiva e a auto-administração pelos produtores, só pelo terror podia impor ordem no caos”. “A burocracia fez a sua estreia como classe dominante através de uma “depuração” gigantesca porque precisava de meter a sociedade no coleto de forças do monopólio total: preservar a sua autoridade absoluta como árbitro entre as classes em presença, assegurar-se

2) PO nº 27, Novembro/Dezembro de 1990.

do monolitismo integral, suprir a ausência de coacção económica capitalista pela coacção policial, ceifar a contestação operária e a corrupção burguesa privada como ameaças igualmente intoleráveis para o regime”.

Um problema ideológico? — Disse-se a certa altura que o problema da URSS de Staline era o de uma sociedade socialista onde as transformações económicas não tinham sido acompanhadas pela elevação correspondente das relações sociais, da democracia socialista, da consciência das pessoas, etc. O maoísmo apostou bastante nesta ideia, lançando na China, como correctivo ao fracasso soviético, um vasto plano de “educação socialista” das massas. Mas esta era uma perspectiva idealizada, condenada ao fracasso: o problema não era de educação, era de *poder*. Justamente porque o capitalismo não estava a ser liquidado mas a desenvolver-se sob a forma ilusória de estatização da economia (e repita-se, não podia ser de outra forma), as relações sociais socialistas, a democracia proletária, a “revolução cultural”, a consciência, etc., ficavam reduzidas a arremedos, na União Soviética como na China.

Isto explica também que o partido comunista, de força revolucionária dos oprimidos, se tivesse transformado em administrador do capitalismo e que se tivesse encerrado no dogmatismo e dotado de poderes ditatoriais os dirigentes à altura da tarefa: Staline, Mao ... Foi a sociedade que moldou o tipo de partido, a ideologia, os líderes e não o contrário.

A correcção dos erros — A vida demonstrou que a condenação dos “crimes de Staline” e a “correcção dos erros” promovidos pelo XX Congresso eram impotentes para sustentar a marcha do regime “soviético” para o descalabro; mais: aceleraram-na.

O período de Staline, com toda a sua violência, correspondeu à fase inicial florescente do capitalismo de Estado, à explosão das novas forças produtivas. Porém, uma vez realizada essa tarefa, o sistema começou a exigir a libertação da concorrência, do mercado, do reinvestimento dos lucros; na ausência destes, a inovação tecnológica e a produtividade emperravam; os operários não eram empurrados pelo aguilhão da concorrência no mercado de trabalho; a burocracia afogava os mecanismos económicos que precisavam de liberdade. As reformas gradualmente introduzidas a partir dos anos 60, não podendo tocar no tabu da propriedade estatal, eram inoperantes. E à medida que a nova burguesia de gestores e aparatçicks tomava forma acabada, diluía-se inexoravelmente o antigo radicalismo anti-

-imperialista da URSS, crescia a sua atracção pelo Ocidente, proliferavam as correntes revisionistas no marxismo, tomavam forma as aspirações de grande potência – tendências irreprimíveis que o modelo “socialista” frustrava.

O capitalismo de Estado foi assim passando inexoravelmente ao declínio nos anos 70, e por fim entrou na agonia e decomposição, quando se tornou um obstáculo às necessidades de reprodução do capital e de remodelação da sociedade.

A contraprova – Nada de estranho, portanto, se a queda do capitalismo de Estado não foi obra de uma revolução proletária, como profetizavam alguns, mas de um miserável ajuste de contas entre líderes vendidos: a tarefa na ordem do dia no chamado “campo socialista” era a libertação do capital amordaçado pela estatização, o desabrochar de um capitalismo que já não cabia no casulo estatal. As tarefas essenciais da revolução burguesa estavam realizadas – desenvolvimento das forças produtivas, acumulação de capital, proletarianização da massa da população; para passar a uma nova fase, o capitalismo russo precisava de derrubar os entraves à propriedade privada herdados do passado. Foi o que fez a mal chamada “revolução” de 1989.

Isto permite compreender o carácter equívoco da dissidência “democrática” que crescia na sociedade russa e que o Ocidente aplaudia: o exercício das liberdades democráticas abria caminho à “livre iniciativa”, à plena liberdade para o capital, sem peias de qualquer espécie. Mesmo as revoltas com forte participação operária na Alemanha, Hungria, Polónia, se inscreveram inconscientemente nessa função de aceleradores do parto capitalista privado.

O carácter anárquico, “selvagem” e mafioso do novo capitalismo russo testemunha as dificuldades desta evolução. Mas a partir de agora, varridos os últimos vestígios da revolução que atravancavam a sociedade, pode antever-se que essa burguesia de nascimento clandestino entra finalmente na maioridade.

A REVOLUÇÃO ESTRANGULADA

Lenine traído? – O carácter capitalista e anti-operário da “segunda revolução” de Staline levou alguns a concluir que este teria traído “o legado de Lenine, a Grande Revolução Socialista de Outubro”. “Talvez o respeito pelas indicações de Lenine tivesse permitido um progresso mais seguro ...”. Esta opinião não tem em conta as

transformações ocorridas na Rússia entre 1917 e 1929 e, desde logo, a natureza da própria revolução.

É preciso recordar que Lenine foi o primeiro a definir o regime instaurado pela revolução como *um capitalismo de Estado*. Como marxista que era, Lenine sabia que, se a revolução visava o socialismo, as tarefas que defrontava no imediato inscreviam-se no *capitalismo*. Nas *Teses de Abril*, tantas vezes citadas depois como pedra angular do seu alegado “plano socialista”, Lenine precisava que a nacionalização da terra e de todos os bancos e *trusts* dos capitalistas ou, pelo menos, o estabelecimento do controlo imediato dos mesmos pelos soviets de deputados operários, deveriam ser levados a cabo por via revolucionária, mas “*não significam de modo algum a implantação do socialismo*”³. E, nos conturbados anos seguintes, insistiu uma e outra vez que a tarefa do novo regime consistia em criar um “*regime de transição*” “*sob capitalismo de Estado*”, capaz de ultrapassar a anarquia da pequena produção e “*resistir até à vitória do socialismo nos países mais avançados*” porque “*não somos suficientemente civilizados para passar directamente ao socialismo*”.

Isto porque havia, ainda nas palavras de Lenine, uma “*desproporção entre o económico e o político*”, ou seja, o proletariado que assumira o poder não podia evitar uma etapa de transformações económicas de carácter burguês.

A falência da República burguesa — A tese, depois muito divulgada nos manuais soviéticos, de que a revolução burguesa teria sido levada a cabo em Fevereiro de 1917 e que a partir daí teria surgido a necessidade e a possibilidade de passar ao socialismo é de uma inconsistência flagrante: circunscreve a revolução burguesa à mudança do poder político quando esta era apenas o prólogo a uma profunda transformação de todo o regime económico-social, em primeiro lugar do regime da terra. E foi justamente porque a burguesia republicana se recusou a fazê-lo (como aliás já acontecera na revolução de 1905) que os partidos burgueses perderam o apoio da maioria dos operários e camponeses e estes aderiram às propostas dos bolcheviques.

Quando Kautsky condenou a tomada do poder pelos bolcheviques com o argumento de que estes “tentavam forçar a marcha da história”, já que as forças produtivas estavam insuficientemente

3) *Lenine, Obras escolhidas, Editorial Progresso, Moscovo, vol. II, p. 59.*

desenvolvidas e as tarefas da revolução eram burguesas, ele omitia o essencial – que só a revolução proletária se mostrava capaz de levar a cabo essas tarefas burguesas.

Os bolcheviques não tentaram “forçar a marcha da história” – pelo contrário, foram o único partido que correspondeu às necessidades históricas da sociedade russa e por isso foram *elevados ao poder pelas massas*. A lenda do “golpe de Lenine” repisada por todas as escolas do Ocidente é uma falsificação grosseira da história. Os bolcheviques ganharam a maioria nos soviets através de eleições democráticas no Verão de 1917. A tomada do poder pelos soviets foi votada num congresso amplamente representativo dos operários, camponeses e soldados de todo o país, perante a paralisia e desagregação dos órgãos de poder burgueses.

A República do Trabalho – De imediato, a revolução dos soviets pôs termo à guerra imperialista e distribuiu a terra aos camponeses, as duas aspirações mais prementes do povo. Um governo de coligação de bolcheviques e socialistas-revolucionários de esquerda instaurou liberdades democráticas sem paralelo com o que até então se fizera em qualquer país: poder dos soviets, comités de fábrica, controlo operário, comunas, comités de camponeses pobres, cargos públicos sujeitos a eleição e revogação, plena liberdade de expressão e de criação, livre acção dos partidos que reconhecessem o novo poder soviético. Sob o lema “quem não trabalha não come”, aboliram-se os direitos de propriedade e de herança. Foram adoptadas leis para a libertação da mulher, houve uma explosão na criação intelectual e artística, foram anulados os tratados com as potências...

Com plena razão os comunistas continuam a ver na atitude perante a revolução de 1917 um critério para separar o campo da burguesia do campo do proletariado.

Premissas do socialismo – Mas porque não podiam os trabalhadores acabar com o capitalismo, se eram senhores do poder? Porque o capitalismo não pode ser abolido por decreto; o socialismo só poderá ser instaurado numa sociedade onde tenha sido banida a escassez e onde, por conseguinte, a subordinação de toda a sociedade às necessidades de acumulação do capital comece a surgir como obsoleta, como um vestígio de tempos ultrapassados.

Marx previu o surgimento da sociedade comunista, com a sua etapa socialista transitória, não por aspiração utópica a uma sociedade perfeita, mas porque o estudo do Capital lhe permitiu antever

que o processo de acumulação capitalista com a sua corrida ao lucro acarretaria uma explosão sem paralelo das forças produtivas e da proletarianização (a que estamos assistindo) e com ela a abundância de bens, a substituição dos trabalhadores pelas máquinas, a centralização do capital, o declínio da taxa de lucro e o conseqüente esgotamento do sistema.

Como esta não era, nem de perto nem de longe, a situação da Rússia em 1917 a economia só podia ser baseada numa combinação de capitalismo de Estado, de pequena produção mercantil, de economia natural camponesa e de capitalismo privado ou cooperativo (numa parte da agricultura, artesanato, pequeno comércio, etc.). Tratava-se, em qualquer caso, de produção capitalista, baseada na venda da força de trabalho, governada pelas necessidades de acumulação do capital, só que levada a cabo, pela primeira vez na história, sob ditadura do proletariado. Esse carácter proletário do poder permitiria – esperavam os comunistas – que o desenvolvimento das forças produtivas desembocasse, não numa nova ditadura burguesa, mas na socialização.

1918-20: o desastre – A ditadura do proletariado tornou-se, porém, quase de imediato puramente nominal. As forças do proletariado, já de si diminutas, foram varridas pela intervenção imperialista, pela guerra civil e pela catástrofe económica que se abateu sobre o país. A contra-revolução apossou-se de grande parte do território, a actividade económica paralisou, milhões morreram à fome. Impotente para derrubar o governo bolchevique, a burguesia internacional conseguiu contudo desarticular por completo a sociedade russa e levá-la à exaustão. (*“É preciso estrangular a criança antes que saia do berço”*, filosofava Churchill, espelhando o estado de espírito da burguesia perante a inaudita ousadia dos trabalhadores russos).

E na ausência do proletariado (*“o proletariado já não existe como classe”*, constatava Lenine em 1922), era todo o plano de uma aliança operário-camponesa que se desmoronava. Os camponeses, que só momentaneamente tinham aderido à revolução, exigiam liberdade de comércio e não se submetiam à estratégia revolucionária do poder. Os partidos da pequena burguesia levantaram-se contra o governo e foram ilegalizados. Os soviets, em grande parte camponeses, perdiam o cunho revolucionário, pelo que o partido teve que se lhes substituir como estrutura de governo. A grande esperança numa revolução, essa sim, socialista, vinda da Alemanha ou do resto da Europa, revelou-se infundada. A revolução proletária russa morreu de facto no berço.

A longa agonia — Os bolcheviques, contudo, sustentaram-se no poder e tentaram colmatar a fraqueza do proletariado combinando o poder absoluto do seu partido com algumas concessões à burguesia (a NEP). Era decerto uma aposta arriscada mas, na época, a única alternativa a isto seria capitular e chamar de volta os capitalistas para tomarem posse do país.

A esperança de que a Rússia pudesse chegar um dia ao socialismo através da combinação do capitalismo de Estado com a formação de cooperativas sustentou Lenine nos últimos anos em que dirigiu a Rússia. Iludia-se, porque a ditadura do proletariado fora varrida à nascença pela contra-revolução e se resumia ao poder de um partido comunista que procurava manter-se fiel aos interesses do proletariado e ganhar tempo até que uma eventual revolução europeia viesse arrancar a Rússia ao impasse em que mergulhara.

O partido, porém, mudava de natureza social, como era inevitável. Tornava-se o administrador do capitalismo de Estado *sobre* o proletariado e o campesinato. As lutas que ao longo dos anos 20 envolveram Staline, Trotsky, Bukarine, etc., exprimiam a insolúvel crise em que se afundava o poder, uma vez fracassado o projecto inicial de avançar para o socialismo através do capitalismo de Estado sob ditadura do proletariado. Gradualmente, o carácter democrático-popular do regime desapareceu, definiram-se os contornos do que viria a ser o regime ditatorial de Staline.

SUMÁRIO

Observada agora à distância, do seu prodigioso começo ao seu miserável desenlace, a grande revolução russa surge-nos como uma revolução burguesa dum tipo novo, típica de um século imperialista, cuja missão histórica foi implantar o capitalismo numa sociedade atrasada, mas que, para isso, teve que recorrer às forças do proletariado, devido à impotência da burguesia.

Reconhecendo nessa revolução a manifestação mais avançada da luta social, verdadeira alavanca (com a revolução chinesa) da transformação sofrida pelo mundo no século XX, podemos agora encará-la de um ponto de vista histórico. Foi uma grande revolução dos oprimidos, com uma dimensão nova na história, mas que não podia ir além das limitações económico-sociais dessa sociedade — varreu a velha ordem baseada na servidão, mas não pôde cumprir a

sua aspiração ao socialismo e ficou-se pelo lançamento das bases do capitalismo.

Porque é tão importante desmistificar definitivamente o caráter “socialista” da ex-URSS? Porque sem isso o pensamento comunista não poderá sair do eclipse em que foi mergulhado pela longa agonia desse regime. Se o movimento comunista recebeu dele inspiração e apoio na luta contra o capitalismo, ficou também preso nas contradições sociais, políticas e ideológicas que o enleavam.

O saudosismo idealizador da União Soviética (ou da China de Mao) não é uma prova de firmeza face à ofensiva da burguesia. Os proletários não precisam de ser consolados por uma imagem idealizada do passado; só se “digerirem” esse tremendo terramoto que foi a revolução russa estarão à altura de enfrentar os novos combates que se avizinham.

(Política Operária, 73 – Janeiro/Fevereiro de 2000)

HISTÓRIAS PARA ADORMECER

Discorrendo sobre as “causas da derrota do socialismo”, João Amazonas* limita-se a repetir chavões gastos do ex-movimento marxista-leninista.

As coisas descambaram só a partir da morte de Staline, e por razões ideológicas. “O socialismo foi esmagado por uma corrente que actuava no seio do movimento revolucionário”. A culpa foi dos “bajuladores de Staline”, do “clima de auto-satisfação e comodismo”, do insuficiente progresso da teoria, etc.

Se não fosse isso, o socialismo ainda hoje vigoraria na URSS, mesmo sem sombra de poder dos soviets, mesmo com os privilégios da nomeklatura, ausência de liberdades, etc. Amazonas admite que houve de facto uns excessos, por Staline ter uma “tese equivocada sobre o acirramento da luta de classes”. Daí as “repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime”.

Lê-se e não se acredita. Para Amazonas, a edificação pelo terror do capitalismo estatal é aceite como socialismo legítimo. Para ele, o mal dessas repressões não é o sacrifício de milhões de trabalhadores, o regime do medo, a sobreexploração em benefício da burguesia de Estado, mas o facto de afectar a “credibilidade do regime”! Ainda bem que nos expõe com tanta franqueza o seu conceito de socialismo!

GATO POR LEBRE

O pretense purismo de princípios do PC do Brasil é uma fraude calculada para ganhar simpatias junto dum movimento popular combativo e radicalizado mas pouco educado ideologicamente. Com as suas proclamações sobre a revolução socialista e a ditadura do proletariado, Amazonas procura continuar a atrelar o movimento dos trabalhadores e da juventude a novos acordos com a burguesia nacionalista. É caso para dizer que o movimento “M-L”, depois de morto, ainda faz estragos.

(*Política Operária* nº 37, Novembro/Dezembro de 1992)

* “O Socialismo vive”. Documentos e resoluções do 8º Congresso do PC do Brasil. Editora Anita Garibaldi, São Paulo, 1992.

FORAM OS ERROS QUE PERDERAM A REVOLUÇÃO RUSSA?

*Nem só revisões e reneгаções produz o eclipse do movimento comunista. Surgem também, ainda que raramente, tentativas de interpretação e superação da crise, na linha do marxismo. Tom Thomas, militante da corrente M-L francesa, editou há alguns meses em volume as suas reflexões, a que deu o título: A propósito das revoluções do século XX, ou o desvio irlandês.**

O “desvio irlandês” é uma ideia sugestiva que o autor foi buscar a uma carta de Marx, de 1869: *“Pensei durante muito tempo que o regime irlandês seria derrubado pelo ascenso da classe operária da Inglaterra. Hoje estou convencido do contrário: os operários ingleses não farão nada enquanto não se desembaraçarem da Irlanda. É na Irlanda que se deve fazer alavanca”*.

REGRESSO AO PONTO DE PARTIDA

Marx intuía pois a tendência que veio a manifestar-se: a revolução, bloqueada nos países onde as condições económico-sociais estão maduras para o socialismo, abriu caminho onde as condições não estão maduras, nos países atrasados. O nosso século – conclui Thomas – foi preenchido justamente com o “desvio irlandês” do processo revolucionário mundial: as grandes revoluções na Rússia e na China, arrastando uma catadupa de revoluções nacionais anti-imperialistas, em Cuba, Vietname, Argélia, etc.

É verdade que, entretanto, aconteceu o imprevisível: as revoluções, depois de ter degenerado em miseráveis caricaturas sob a égide do capitalismo nacional de bandeira socialista, são reabsorvidas pelo mercado imperialista mundial. Seja como for, conclui Thomas, *“o caminho está agora livre porque o capitalismo realizou a sua obra de estabelecer sobre toda a superfície do globo as mesmas relações sociais, pôr as mesmas classes nas mesmas situações e perante os mesmos inimigos. O*

* Tom Thomas, *Du capitalisme au communisme, tome II: “A propos des révolutions du XXème siècle ou le détour irlandais”*, Paris, 1991. Deste autor, publicámos já na nossa revista “Os robts e a lasse operária” (PO nº 18, Janeiro/Fevereiro 1989)

‘desvio irlandês’ cumpriu a sua tarefa. Chega a época das revoluções proletárias, embora com algum atraso sobre as previsões. É para ela que nos devemos preparar, voltando-nos para o futuro e deixando que os mortos enterrem os seus mortos”.

É estimulante esta capacidade para encarar o processo histórico no seu movimento global, sem cair nas habituais dúvidas existenciais sobre se a revolução é mesmo inevitável e a ditadura do proletariado é mesmo legítima. Resta, contudo, a questão: porque é que esse gigantesco ciclo revolucionário nos países atrasados fracassou de maneira tão generalizada e foi incapaz de detonar revoluções proletárias socialistas nas metrópoles do capital, como seria a suposição de Marx e, mais tarde, de Lenine, Mao, etc.? Porque terminou nesta obscura agonia e não num salto para uma etapa mais avançada da revolução?

Aqui está a nossa discordância com o autor e o motivo destas notas.

A TEORIA DOS ERROS

Thomas conhece bem o marxismo. Não tem dúvida de que as relações económico-sociais na Rússia, na China, etc., não estavam de modo algum maduras para a transição para o socialismo. Critica o voluntarismo moralista de Mao e a imprecisão com que este usava os conceitos marxistas.

Mas nem por isso desiste da ideia de que, se as direcções comunistas tivessem sabido conduzir melhor a luta de classes em vez de pôr toda a prioridade na produção, o fracasso dessas revoluções poderia ter sido evitado.

“Ninguém pode dizer – escreve ele – que a revolução (russa) estava condenada em absoluto a ficar nos limites do capitalismo de Estado” (p. 95). *“O exemplo chinês provou que o fraco desenvolvimento das forças produtivas não era um obstáculo inteiramente insuperável à transformação das relações sociais num sentido socialista”* (p. 9).

O volume consiste assim em grande medida num levantamento dos “erros teóricos” de Staline, de Mao, do próprio Lenine, que teriam originado o desastre. Staline deixou-se dominar pela “teoria das forças produtivas” e pelo fetichismo da propriedade estatal; Lenine herdara da social-democracia alemã a crença nas virtudes do capitalismo de Estado; Mao, apesar de ter avançado com a perspectiva inovadora da revolução cultural, ainda ficou agarrado ao “produtivismo”...

Parece-nos que é necessário escolher: ou o atraso económico dessas sociedades constituía de facto uma barreira intransponível à transição para o socialismo, e nesse caso as políticas dos líderes devem ser examinadas no quadro dessa impossibilidade; ou se acredita que uma linha política “mais correcta” poderia ter evitado a reprodução da burguesia e aberto a passagem ao socialismo, mas neste caso atribuímos à ideologia a capacidade de superar os limites duma formação social. É para esta posição que Thomas se inclina.

Tentando combinar o materialismo com a crença no “primado da consciência operária”, ele não nota que na, própria citação que foi buscar a Engels, em apoio da sua perspectiva, este diz que na acção recíproca entre a super-estrutura e a base económica, “esta **leva sempre a melhor em última instância**”. E não é isso, afinal, o que acaba de provar o afundamento do chamado “socialismo real”? Se há uma lição a tirar do naufrágio das revoluções deste século, ela é precisamente a da implacável necessidade com que as criações “socialistas” imaginárias foram desmentidas pelos limites da base económico-social.

DETERMINISMO, UMA FALSA PISTA

Seguindo a escola maoísta, Thomas explica a actuação de Staline pelo facto de ele estar “dominado pela teoria revisionista das forças produtivas, convicto da existência dum laço mecânico entre forças produtivas e relações de produção”. E como exemplifica o “determinismo primário” de Staline? Com a muito citada fórmula: “Primeiro modificam-se e desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade; em seguida, em função e em conformidade com essas modificações, alteram-se as relações de produção entre os homens”. Ora, se há muita coisa a rejeitar em Staline, não vemos como esta possa ser contestada em termos marxistas. Staline limitou-se aqui a enunciar uma das teses fundamentais do materialismo histórico.

Claro, o uso que a direcção stalinista fez dessa tese foi desastroso; mas porque a situação era, em si mesma, desastrosa. Na charada insolúvel em que se encontrava a URSS no final dos anos 20, perdida a esperança numa revolução europeia a curto prazo, era de elementar bom senso reconhecer que a construção do socialismo na URSS era impensável a partir do nível das relações económico-sociais existentes.

Metendo-se a criar a “base técnico-económica” para o socialismo pelos seus métodos de “engenharia social” (industrialização

a todo o vapor, planificação ultra-centralizada, colectivização forçada, terror massivo), os stalinistas produziram uma catástrofe de enormes proporções. Mas é preciso reconhecer que na URSS da época não havia alternativa revolucionária a esta opção desesperada. O caminho da revolução proletária estava bloqueado porque o nível das relações económico-sociais só abria passagem ao capitalismo, fosse ele estatal ou privado. A escolha era só essa.

Acreditar que foi a política de Staline que *“impediu todo o avanço da luta de classes na URSS após os anos 20”* (p. 12) é, quanto a nós, ver o fenómeno de pernas para o ar. A política de Staline **exprimi**u as novas relações de classes provocadas pelo bloqueamento da revolução. O problema com Staline não foi de erros; foi ele ter sido o executor fiel das exigências do capitalismo de Estado.

Se isto não for admitido, se nos convenceremos de que existia um meio para transportar centenas de milhões de camponeses para o socialismo, iremos cair nos *aprofundamentos* maóistas – superar o atraso das relações de produção através da *“consciencialização das massas”* e da doutrinação dos quadros; o que pôde parecer à jovem geração marxista dos anos 60 um grande salto em frente ideológico mas foi uma forma idealizada de iludir contradições de classe reais.

NACIONALIZAÇÕES - UM FETICHE?

Thomas critica Staline porque via na propriedade estatal *“a base do nosso regime, tal como a propriedade privada é a base do capitalismo”*; isto seria reduzir o capitalismo à propriedade privada e esta à sua expressão jurídica. Também Lenine *“ficou prisioneiro de certas concepções gravemente erradas da social-democracia alemã quanto à teoria do capitalismo de Estado”* (p. 45). Contrária seria a posição de Marx, para quem *“a propriedade estatal era vista apenas como um meio transitório para atingir o objectivo da apropriação social”*.

Isto é esquecer que Marx, olhando o movimento numa perspectiva histórica a largo prazo, mencionava naturalmente as nacionalizações como uma simples etapa na transição para o comunismo. Diferente teve que ser a perspectiva dos que se encontraram envolvidos no processo de derrubamento da burguesia. Nesse momento, passar ou não os bens dos capitalistas para a propriedade do Estado marcava a linha divisória entre revolução e contra-revolução.

Sem dúvida, Staline, como edificador fanático do capitalismo de Estado, via na propriedade estatal uma espécie de talismã para *“socializar”* as relações sociais e como um álibi para negar a formação

de uma nova burguesia. Mas aqui, mais uma vez, o que está mal não é a fórmula marxista que Staline invoca mas a realidade que se esconde por detrás dessa fórmula. Pretendendo encontrar na política de nacionalizações a pista dum desvio, Thomas introduziu, mesmo que não o desejasse, uma atitude ambígua quanto à expropriação da propriedade burguesa, com o que se mantém, aliás, na linha da “democracia popular” chinesa.

E, de facto, em que consistiria, segundo Thomas, a via da “consciencialização das massas” na URSS de 1929? Justamente na continuação da NEP, que ele defende como “instrumento da aliança operário-camponesa” que não deveria ser confundido com um mero recuo (p. 45). Ou seja, na prática, a alternativa ao stalinismo seria a continuação das concessões à pequena burguesia proposta por Bukarine. Thomas não o diz explicitamente, mas é o que se deduz das suas opiniões. Assim, quando descemos da estratosfera do “primado da consciência” ao mundo da política real, encontramos, como via de “transição para o socialismo”, uma maior contemporização com a burguesia.

LENINE EMPAREDADO

Embora com muito maior reserva, T. Thomas procura os erros de Lenine que teriam contribuído para a perda da revolução. E aqui, mais uma vez, tenta combinar posições que se excluem. Ele reconhece que, logo após a revolução, tudo teve que ser subordinado à guerra e à luta contra o caos económico e a fome e isto implicava o “terror vermelho”, o empolamento do aparelho administrativo, concessões aos quadros. *“Só palradores podem imaginar que o Estado do proletariado possa edificar-se idealmente a partir do nada”*. Mas... Lenine não teria descoberto a forma de fazer intervir as massas em todas as frentes, por não ter compreendido que *“o fraco desenvolvimento das forças produtivas não era um obstáculo inteiramente insuperável à transformação das relações sociais no sentido do socialismo”*.

Isto equivale na prática a anular o que se disse antes sobre a catástrofe que se abateu sobre a Rússia após a revolução, sobre a incapacidade dum proletariado diminuto e dizimado exercer a direcção num oceano camponês, sobre a ausência da revolução socialista na Europa, que se tinha como certa. Os comunistas russos, emparedados, recorreram às medidas de excepção. A adopção do capitalismo de Estado, com todas as taras que Lenine lhe aponta, foi o último recurso para o regime se entrincheirar e ganhar tempo.

Uma vez mais, estamos perante erros ou perante uma impossibilidade histórica? Vem a propósito citar Engels: *“O pior que pode acontecer ao chefe dum partido extremista é ver-se obrigado a ocupar o poder numa altura em que o movimento ainda não está maduro para estabelecer o domínio da classe que representa e para a aplicação das medidas que este domínio requer. (...) Depara então, inevitavelmente, com um dilema insolúvel: o que pode fazer contradiz toda a sua acção anterior, os seus princípios e os interesses imediatos do seu partido; mas o que deve fazer é irrealizável.”*

(*A guerra dos camponeses na Alemanha*)

A “APROXIMAÇÃO CHINESA”

Reparo semelhante poderíamos fazer às críticas de Thomas ao comportamento de Mao durante a revolução cultural chinesa: tendo chegado mais longe do que os seus antecessores na compreensão de que era preciso combater a nova burguesia dentro do regime e na valorização da consciência das massas, Mao teria contudo vacilado em levar até ao fim a luta de classes durante a revolução cultural. Mais uma vez, um erro... Mas isto é escamotear o facto de que a revolução cultural só abria como opções, ou a desagregação do poder central de Estado ou o seu reforço por meios ditatoriais, e em ambos os casos a repressão das massas pelo exército. Só por puro idealismo se pode acreditar que a China dos anos 60-70 tenha estado à beira de uma revolução socialista.

A ideia de que Mao se tenha aproximado mais do que Staline e mesmo Lenine (!) da solução do problema é um mito criado pela escola maoísta e ao qual Thomas parece dar crédito, numa linha de pensamento que podemos chamar de *neomaoísta*. Pela nossa parte, diríamos que, se Lenine personifica o momento mais alto da revolução do século XX, a consciência lúcida de que é preciso salvar o que for possível do poder proletário, cedendo no terreno do capitalismo de Estado, da NEP, da burocracia, na expectativa de que chegue a esperada revolução proletária nos centros imperialistas; se, com Staline, perdida essa esperança, perdidos todos os vestígios de democracia proletária, já só resta o “avanço a todo o vapor para o socialismo”, ou seja, a edificação implacável do capitalismo de Estado, em que toda a inteligência marxista já está excluída; com Mao encontramos a tentativa de fugir ao destino da URSS através dos “correctivos” da “democracia nova”, que consistem em **concessões**, justificadas pelo carácter nacional-camponês da revolução chinesa mas que, ao ser

embelezadas como “uma nova etapa do marxismo”, se tornam uma fonte de oportunismo.

A CULPA DA EUROPA

A crença piedosa de que a revolução proletária poderia ter tido êxito se a política dos comunistas tivesse sido mais correcta manifesta-se também com frequência na ideia de que “*se os partidos comunistas europeus tivessem cumprido o seu dever poderia ter rebentado a revolução na Europa*”. Embora Thomas não discuta o tema, ele evoca-o quando escreve que “*a revolução russa teria podido, e quase o conseguiu, levar a revolução à Europa e com a Europa avançar para o comunismo, como Lenine pensou*” (p. 98). Mas este véu idealista também deve ser rejeitado, por muito tradicional que seja nas nossas fileiras.

É hoje claro que Lenine errou ao acreditar, em 1917, que a guerra imperialista tinha “amadurecido manifestamente” a revolução proletária internacional e ia desencadear “revoluções proletárias socialistas em cadeia” ... “num futuro muito próximo” (*O Estado e a Revolução*). O amadurecimento revolucionário que ele julgava observar na Europa não existia. Tratava-se dum erro de perspectiva, compreensível face ao caos provocado pelo primeiro massacre mundial.

Consequentemente, a revolução europeia não podia acudir em socorro da República dos soviets. A social-democracia pôde fazer a sua obra e os partidos comunistas, perdida a ilusão de situações revolucionárias iminentes, descambaram no oportunismo, coberto com um parasitário apoio à URSS.

Também aqui, o carácter generalizado do fenómeno não deixa dúvida de que estamos, não perante “erros” mas perante uma situação insuficientemente amadurecida para a revolução. A pressão dos regimes de capitalismo de Estado, mesmo no seu ponto mais alto, na década 50, foi insuficiente para provocar uma ruptura na economia imperialista e esta pôde passar ao contra-ataque, com o desenlace que agora observamos.

QUE RESPONDER AOS SOCIAL-DEMOCRATAS?

Thomas parece pensar que se não explicarmos o fracasso das revoluções por erros cometidos pelos seus dirigentes, então seremos levados a proibir ao proletariado que se lance na revolução enquanto as condições não estiverem maduras, encontraremos desculpas *objectivas* para todos os desvios e traições e acabaremos por dar razão

aos social-democratas quando alegam que não se devia ter tomado o poder porque as condições não estavam maduras”, “quis-se saltar etapas”, “foi blanquismo”, etc.

Mas não há razão para este embaraço. Diremos, com Thomas, que as revoluções não se decretam simplesmente surgem; que o marxista não tem outra alternativa senão apoiar a revolução que surge e levá-la o mais longe possível; que não se pode ficar à espera que as condições para o socialismo estejam maduras, visto que as massas entram em movimento sem perguntar se as forças produtivas já estão desenvolvidas para o socialismo... Mas diremos também que, apesar de tudo isto, não existe nenhuma garantia de que a revolução não esteja condenada à partida; ou porque surgiu num país não maduro para o socialismo, ou porque fica isolada e degenera, ou porque é esmagada pela força...

Isto não põe nada em causa. Significa apenas que cada revolução depende dum conjunto de imponderáveis que nenhuma direcção comunista, por mais apta, pode prever ou controlar. Significa também que o processo da revolução socialista é muito mais vasto, demorado, diversificado, do que podia parecer aos teóricos que perspectivavam à distância, situados no início da era revolucionária.

Esse processo, que poderá abarcar ainda mais um século (ou dois?), inclui revoluções prematuras, parcelares, defeituosas, e por isso condenadas à derrota. Situações semelhantes aquela a que assistimos de certa forma impotentes durante este século poderão repetir-se sob outras formas no futuro.

Acaso a consciência disto tomará menos imperioso o empenhamento dos comunistas nessas revoluções? De maneira nenhuma. A social-democracia continuará sempre a dizer que “não se devia ter pegado em armas”, “foi uma aventura com custos humanos terríveis”, “devia-se explorar as possibilidades de reformas parciais do sistema”; é o seu papel. Os comunistas continuarão a tomar a cabeça dos movimentos revolucionários proletários, procurando, por mais adversas que sejam as condições, levá-los o mais longe possível, para “passar o testemunho” à próxima revolução.

(Política Operária, 33 - Janeiro/Fevereiro de 1992)

STALINISMO OU COMUNISMO?

Os novos stalinistas, incapazes de situar historicamente a revolução russa, adoram-na sem a compreender.

Pouco tempo depois de ter aqui escrito sobre a questão do “stalinismo” (PO n.º 89), vejo-me forçado a voltar à carga. O 50.º aniversário da morte de Staline evidenciou em certos meios de esquerda uma nítida tendência para a recuperação da sua figura e da sua política. Os artigos do *Avante*, no seu habitual estilo gaguejante¹, traduziram ao nosso nível a série de celebrações internacionais, entre as quais as promovidas por uma Conferência Internacional de partidos “marxistas-leninistas”².

Mas não só. A questão diz-nos também respeito porque, na corrente mais afecta ao comunismo revolucionário, estão a surgir opiniões semelhantes: “Staline não seria tão atacado se não fosse um grande revolucionário”, “os excessos do stalinismo, se enquadrados na situação da época, não merecem condenação porque eram necessários”, “se Staline é um papão para a burguesia, é bom para nós”.

1) Há que ter em conta as “experiências positivas e negativas da construção do socialismo”; praticaram-se “erros e crimes”, mas as “vítimas” do stalinismo (entre aspas) não terão sido tantas como pretende a propaganda imperialista, e, além disso, “tinham vestido a farda do inimigo nazi”!

2) Refiro-me à corrente que se reagrupou desde há dez anos na Conferência Internacional de Partidos e Organizações Marxistas-Leninistas, a qual reúne duas dezenas de grupos, europeus e latino-americanos sobretudo, mas também alguns asiáticos e africanos. A par de meritórias tomadas de posição anti-imperialistas, divulgadas no órgão *Unidade e Luta*, os partidos organizados nesta corrente defendem a restauração da política praticada pelo movimento comunista nos anos 30-50 do século passado, reclamam a “reapreciação dos méritos de Staline”, prestam homenagem ao “grande guia e mestre da humanidade”, ao “mestre da edificação socialista”, e promovem reuniões e seminários internacionais em que se retoma devotamente o estudo das suas obras. Para a edição francesa de *Unidade e Luta*, consultar http://www.geocities.com/pcof_fr. Contacto: enavant@club-internet.fr. Também o Partido do Trabalho Belga promoveu uma sessão solene de homenagem, em que foram retomados os mesmos temas.

Claro, isto exprime um desejo de desforra, de sair da impotência a que chegámos. Hoje, quando as “grandes causas” da esquerda se ficam, em geral, pela oposição leal e retórica aos governos que arrastam o mundo para a catástrofe, não admira que a imagem de força de Staline seduza o espírito de muitas pessoas com simpatias comunistas.

Louvar Staline é para eles uma forma de manifestar rebeldia contra os propagandistas assalariados do sistema, que reclamam, armados em humanistas, a condenação do demónio Staline para fazer-nos ajoelhar perante a democracia capitalista: Staline foi um “monstro”, igual a Hitler; mas os governantes ocidentais que têm vindo a massacrar milhões de inocentes, da Coreia ao Vietname, da Argélia à Guatemala, da Indonésia ao Chile, esses, quando muito, cometeram “erros”!

Intimam-nos a reconhecer os nossos pecados “stalinistas” passados para nos pôr à defesa e meter-nos, obedientes e arrependidos, no campo da ordem. Por isso respondi ao inquérito do *Expresso* “Tenho muita honra em ter sido stalinista”. Acho que era a única resposta a dar. Não temos que nos desculpar por termos apoiado a União Soviética quando ela era anti-imperialista; estávamos enganados quanto às realidades da URSS mas não errávamos ao escolher a *nossa* burguesia como o inimigo.

O problema, porém, é que o culto de Staline que agora renasce não é só o apego ingénuo ao passado do movimento comunista e uma forma equivocada de repudiar a barbárie capitalista, uma espécie de nova religião dos oprimidos. Esta imagem mitificada do passado transporta consigo noções muito precisas sobre o que deve ser a política e os objectivos dos comunistas. Staline é reverenciado como o artífice de uma época “áurea” do movimento comunista. A “questão Staline” não toca apenas na avaliação que se faz da sua pessoa, nem sequer diz respeito apenas ao regime que existiu na ex-URSS: envolve toda a concepção da revolução e do socialismo. Ou seja, não tem a ver só com o passado, diz respeito *sobretudo* ao que se pretende para o futuro.

E será bom começarmos a tomar consciência de que a concepção que a *PO* defende a este respeito é *radicalmente oposta* à dos adeptos do stalinismo.

Por isso, não têm razão os camaradas que tentam deixar a questão em suspenso com o argumento de que ainda seria cedo para poder avaliar com objectividade o papel de Staline, ou de que “é

natural os comunistas terem opiniões diversas sobre este assunto”. Creio, pelo contrário, que não é nada “natural” e que nos deve preocupar o facto de termos noções tão diferentes do que deva ser a revolução e o socialismo — afinal o alvo da nossa luta.

E como os debates e artigos que ao longo de dezoito anos têm passado por estas páginas, pelos vistos, não chegaram para convencer diversos camaradas, só me resta insistir em alguns aspectos talvez caídos no esquecimento.

Staline estava certo, dizem-nos, porque só a sua dureza permitiu que a construção do socialismo fosse por diante. Para entender a sua política, deveríamos ter em conta que se tratou da ditadura do proletariado, daquele “período de transição” de que falava Marx, período de luta aguda, sem a qual não se pode chegar à extinção das classes e de todos os vestígios de relações capitalistas.

Que o socialismo só pode ser um período histórico de luta de classes acirrada e que nele não haverá lugar para a confraternização evangélica com que sonham os parvos é uma conclusão óbvia para os marxistas. Expropriar a burguesia, dismantelar a máquina do Estado, extirpar os privilégios, os polvos da burocracia e do militarismo, instituir uma nova forma de vida e de governo — não se vê como isso possa ser feito sem violência. Uma ditadura é imprescindível para extirpar o capitalismo. A questão, porém, é: *ditadura de quem sobre quem? E que tipo de ditadura?*

Se formos ao fundo do pensamento nunca claramente expresso dos entusiastas do “modelo soviético”, vemos que eles imaginam a ditadura do proletariado como um regime em que um aparelho de Partido-Estado de tipo militarizado (a “disciplina proletária”) exerce poder absoluto sobre a sociedade. Isto, reconhecem, pode ser limitado do ponto de vista da “democracia socialista”, mas na “fase inferior do comunismo” a vontade das massas “precisa da mediação da sua direcção política” e é “inevitável uma certa autonomia do poder político sobre as massas”. E como o partido, “força representativa do proletariado”, é “guiado por uma teoria científica”, há condições para tudo marchar em boa harmonia em direcção ao comunismo, etc., etc.

Isto, porém, não passa de sofismas para iludir o óbvio: o regime que vigorava na URSS nada tinha de comum com a “fase inferior do comunismo” a que Marx se referia. Pela simples razão de que o aparelho de Estado, em vez de definhar, agigantava-se, e as massas proletárias, em vez de intervirem em escala crescente na vida polí-

tica e social, eram reprimidas com mão de ferro. As criações autenticamente revolucionárias do ano de 17 tinham todas desaparecido na voragem da guerra civil, da invasão, da catástrofe económica, e do que se lhe seguiu. Se abstrairmos das fórmulas das cartilhas de “marxismo-leninismo” com que alguns se auto-hipnotizam, e olharmos para a realidade da URSS ao longo dos anos 30, temos de concluir que o regime tinha já adquirido todos os contornos de um *poder despótico*, embora com as características peculiares ditadas por um capitalismo estatizado.

Não poderia ter sido de outro modo, dado o atraso da Rússia e as forças gigantescas, internas e externas, que se levantaram contra a revolução? Sem dúvida. Para nós está claro que o esvaziamento dos soviets e a concentração de todo o poder na direcção do partido, a conciliação com os camponeses, primeiro, e a posterior expropriação violenta dos camponeses, o regime ditatorial, foram as únicas saídas que se abriam aos que tinham conduzido a revolução. Ou isso ou chamar os capitalistas de volta. A questão está em saber se estas características, *absolutamente inevitáveis naquelas condições*, definem uma revolução socialista e realizam a ditadura do proletariado ou se correspondem a *outro tipo de revolução e a outro tipo de poder*.

O que os actuais “marxistas-leninistas” fazem é tomar as características necessariamente distorcidas do regime “soviético”, devidas ao atraso económico-social da Rússia no momento da revolução, como modelo geral do socialismo. Se a Rússia pós-revolucionária foi obrigada, pela força das circunstâncias, a enveredar pelo regime de capitalismo de Estado baptizando-o de “socialismo”, ei-los embevecidos perante o modelo encontrado do socialismo! Incapazes de situar historicamente a revolução, adoram-na sem a compreender. O pior é que essa adoração os leva a ser reticentes em relação ao que ela teve de realmente avançado, e a aplaudir como modelar o que nela houve de *atrasado*, e que abriu caminho ao desastre posterior.

Claro que eles reconhecem “insuficiências, desvios e erros” no modelo da URSS. “Desaprovam” os “excessos repressivos”, a consagração de novos privilégios, o dogmatismo unanimista ditado pelo partido, mas acham candidamente que isso são acidentes de percurso do socialismo, uma vez que, já lá diz Marx, “o direito burguês persiste durante o período de transição”...

Com este artifício iludem a questão de fundo: na URSS dos anos 30 o direito burguês recuava ou progredia? Os “erros”, “desvios” e “excessos” eram manifestações marginais, contra a corrente do sis-

tema, ou eram a manifestação *inerente e necessária* de uma ditadura anti-popular, que só pela força podia extrair a mais-valia ao proletariado? E pode algum marxista considerar seriamente o carrossel alucinante do Terror de 1936-39 como um mero “desvio” ou um “excesso”?

Entendamo-nos. Uma coisa é reconhecermos a revolução proletária de 1917 como a mais avançada na história da humanidade, vermos o percurso posterior da União Soviética como o resultado inevitável da ausência de condições mínimas para o proletariado exercer o poder, valorizarmos o papel da URSS de Staline na resistência ao imperialismo; outra coisa, muito diferente, é tomar esse regime como modelo, considerar autêntico o seu proclamado “socialismo”, assumir a sua política externa como “revolucionária”, encontrar justificações “marxistas” para tudo o que nele foi antiproletário e até obscurantista.

A verdade é que o salto espantoso da URSS de Staline para a industrialização e a “coletivização” agrária difundiu no movimento comunista uma autêntica *revisão do marxismo*: o socialismo seria possível pela propriedade estatal e pela planificação, mesmo que a ditadura do proletariado se reduzisse ao miserável sofisma da “vontade das massas exprimindo-se pela mediação do partido”.

Aqueles que se obstinam em querer ver na URSS de Staline uma “sociedade socialista em construção” não conseguem explicar como foi possível o “país dos soviets” ser levado gradualmente pelo caminho das reformas económicas e da coexistência pacífica até à restauração plena do capitalismo privado de 91, sem se disparar um tiro. A teoria de que uma sociedade socialista pode regredir pacificamente ao capitalismo, por causa dos “erros”, do “culto da personalidade”, da “falta de vigilância”, do “subjectivismo” e outras tretas do mesmo jaez é um verdadeiro insulto ao marxismo.

Porque teimam os “ortodoxos” (chamemos-lhes assim, para facilitar) em querer ver socialismo onde ele nunca existiu? Porque julgam que a ausência de iniciativa, liberdade e poder popular pode ser suprida pelas grandes realizações económicas, pela melhoria do nível de vida das massas, pela difusão da instrução. Porque têm uma concepção *paternalista* do socialismo, como um regime em que as massas devem agir sob a tutela vigilante do aparelho comunista; porque vêem no partido, não a vanguarda consciente do proletariado e das massas, não o fermento revolucionário, mas o autor da revolução e o proprietário do poder.

Claro, eles nunca se esquecem de elogiar o papel do movimento de massas e os soviets como a sua criação revolucionária, mas vêem-nos como um empecilho, pelo seu carácter “incontrolado”, e um perigo para a actuação “científica” do partido; querem-nos reduzidos a um papel subordinado e puramente decorativo. Do facto de ter havido soviets que caíram sob influência pequeno-burguesa e se rebelaram contra o governo de Lenine não concluem que isso era um sinal certo da *agonia da revolução*; deduzem argutamente que o melhor é domesticar os soviets, para não estorvarem o partido.

Na sua tacanhez, nem lhes passa pela cabeça que, a *única hipótese* de derrubar o poder burguês e levar a revolução anticapitalista ao triunfo está na erupção de um verdadeiro *terramoto social* que levante os milhões de explorados — o que pressupõe uma enorme liberdade criadora. Não percebem que é *impossível* eliminar os mecanismos de produção e reprodução do capital a menos que esse seja o objectivo assumido da classe no seu conjunto, empenhada na edificação de uma nova maneira de viver. Acreditam piamente (e nisto coincidem com a superstição burguesa vulgar) que a revolução de 1917 foi maquinada por Lenine, quando a genialidade deste consistiu em compreender as forças motrizes da revolução para tornar possível ao partido orientar a torrente popular no sentido mais favorável à emancipação do proletariado. Aquilo que deve ser o regime de ditadura *das massas sobre a burguesia* é por eles transformado num regime de ditadura do partido-governo sobre toda a população — e chamam a isto “ditadura do proletariado” e “socialismo”!

Esta incompreensão grosseira sobre o que seja o papel das massas na revolução leva mesmo alguns a considerar “falso e dogmático supor que a sua existência [de “órgãos proletários de tipo conselhistas”] seja condição *sine qua non* de uma revolução socialista; a história já o provou.” Ora, “a história já provou” precisamente o contrário: sem a emergência (e muito mais do que isso: sem o poder pleno) de órgãos proletários de tipo conselhistas, pode haver revoluções de libertação (burguesas), revoluções populares (burguesas), mas não haverá revolução socialista nenhuma.

A teoria da “ditadura do proletariado representada pelo seu partido” é uma invenção antimarxista e antileninista do corpo dirigente da URSS, destinada a justificar o sistema de poder de uma classe burguesa burocrática, administradora do capitalismo de Estado. A obstinação com que alguns continuam hoje a querer ver nesse regime

traços de socialismo só se compreende pelo esquecimento a que chegámos do que seja uma revolução *real*. De facto, conceber a ditadura *de toda uma classe* como um governo ditatorial, apoiado numa pirâmide de *aparatchiks* obedientes e acéfalos, a censurar jornais e a prender dissidentes, é uma visão macabra do que seja a democracia dos produtores.

A ditadura do proletariado só é possível quando a classe proletária chega à decisão de derrubar a burguesia, desapossá-la, extinguir as relações capitalistas, dismantelar a máquina do Estado, criar o seu próprio autogoverno. O partido comunista é o fermento indispensável deste terramoto, mas será absolutamente impotente se quiser substituir-se à iniciativa criadora das massas.

Donde se segue que, se a sociedade ainda não tiver reunido as condições para o proletariado derrubar a burguesia e instituir-se como classe dirigente, não será certamente pela ditadura “benévola” do partido comunista que isso será possível. “Ditadura do proletariado” sem poder proletário (autêntico, não por delegação) só pode configurar-se como uma ditadura burguesa de novo tipo, sejam quais forem as boas intenções dos que ocupem o poder.

Justamente porque o stalinismo concebe as massas como um mero auxiliar do partido, ele coloca no centro da revolução a organização. Para o stalinismo, tudo o que diz respeito à revolução — acção política, teoria, propaganda — tudo são tarefas auxiliares, que giram à volta da organização, do poder do aparelho. Daí a inevitável tendência para o dogmatismo (só nos interessam os factos que favorecem as necessidades do centro), para o oportunismo (são boas todas as acções que reforcem o poder do aparelho), para o autoritarismo (não toleramos entraves às decisões da direcção).

É por isso que a crítica do stalinismo não diz respeito apenas à meta socialista que buscamos (para nossa desgraça ainda longínqua) mas também às *tarefas actuais* de acumulação de forças para a revolução — na luta pela hegemonia do proletariado, na política de frente, na vida interna partidária, nas relações partido-massas, na solidariedade com os povos e nações oprimidos, na questão da mulher, etc. Só pela crítica de princípio ao nosso passado stalinista abriremos caminho ao renascimento de uma corrente comunista livre das taras do passado. Espero voltar ao tema numa próxima oportunidade.

(Política Operária 91, Setembro/Outubro de 2003)

